

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

OCDE passa a observar corrupção no Brasil..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STJ retoma análise de recursos de Flávio Bolsonaro sobre 'rachadinhas'..... 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Suposto laranja de Flávio em loja assume futuras dívidas da empresa..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Licença para pagar salário..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Governo pede urgência para pagar salários..... 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo estuda dispensar perícia presencial no INSS..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Reforço do Bolsa Família reduziria desigualdade..... 13

VALOR ONLINE
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: Prova de vida de aposentados é suspensa até junho..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Não haverá crescimento consistente sem equilíbrio fiscal (2)..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

"Fim da Lava Jato não encerra luta contra a corrupção"..... 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pandemia é chance para país desenvolver tecnologia de saúde, diz economista..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

G20 discute tributação de economia digital, mas Brasil engatinha no tema..... 21

ESTADO DE MINAS - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Preços de remédios vão subir até 4,88%..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

100 milhões de cheques em 10 dias, promete Biden..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Biden estuda maior alta nos impostos para financiar plano de infraestrutura..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Algo acontece do outro lado do Atlântico (2).....26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Rumo ao abraço populista.....29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

PIB encolhe 45% em dólar em 10 anos.....31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Crise empurra país rumo à estagflação.....32

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Pandemia da fome - GUILHERME BOULOS.....34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Atividade econômica cresce 1,04% em janeiro, mas deve desacelerar.....35

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Governo autoriza laboratórios a aumentar em até 4,88% preços de medicamentos.....38

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Campanha de movimentos sociais quer levar cesta básica a 223 mil famílias.....39

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

A sinuca de bico dos juros (3).....40

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Majoria vai receber R\$ 150 do novo auxílio.....41

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Pacheco vai discutir com Paulo Guedes aumento de preços.....43

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Economistas preveem inflação de 4,6% este ano.....44

OCDE passa a observar corrupção no Brasil

Assis Moreira

A corrupção no Brasil entrou no radar da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Pela primeira vez em 27 anos de atividades, o Grupo de Trabalho Anti-Corrupção da entidade criou um grupo específico que vai monitorar a situação no Brasil nesse campo.

O Valor apurou que o chamado subgrupo para acompanhar o Brasil é formado por EUA, Itália e Noruega. Criado em dezembro, teve sua primeira reunião na semana passada, em Paris. O encontro coincidiu com a reviravolta na Lava-Jato, que o governo brasileiro terá que explicar na próxima reunião, que deve ocorrer dentro de seis meses.

Segundo fontes, o presidente do Grupo Anti-Corrupção da OCDE, Drago Kos, queria uma medida mais dura visando o Brasil, no fim do ano passado, aparentemente diante de baixa implementação de recomendações contra corrupção. Mas não houve consenso entre os 44 países-membros da entidade. A solução encontrada foi criar o subgrupo de monitoramento, algo inédito. Dependendo das circunstâncias, esse mecanismo poderá levar relatos sobre o Brasil à plenária do grupo de trabalho para decidir sobre novas medidas em relação ao país.

No fim de 2019, já em meio a dificuldades no combate à corrupção no país, o Brasil correu o risco de ver suas companhias serem submetidas a dificuldades nas transações bancárias internacionais. Uma medida não concretizada de "due diligence" (processo de reunião de uma série de informações antes da tomada de decisão, um caminho geralmente usado por empresas antes de fusões e aquisições) implicaria que os outros 43 membros do Grupo Anti-Suborno aumentariam o monitoramento de seus negócios com empresas brasileiras, já que o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro estaria enfraquecida no país.

Questionado ontem sobre aplicar o "due diligence" sobre o Brasil agora, Drago Kos respondeu que o grupo de trabalho atualmente não discute essa medida nem em relação ao Brasil nem a qualquer outro país.

Em entrevista ao Valor, Drago Kos foi perguntado se considera se o Brasil está em melhor ou pior situação em relação à corrupção. Ele respondeu mencionando uma percepção dos últimos cinco anos. "Em outubro de 2016 elogiamos o Brasil pelo progresso na implementação de nossas recomendações. Já em

2019 nossas sérias preocupações começaram e ainda não desapareceram. Isso diz tudo."

Em novembro de 2019, Kos presidiu uma missão ao Brasil num contexto de inquietações sobre a definição do que constituiria abuso de autoridade por parte de juízes e promotores, visto como um retrocesso na luta contra a corrupção. Também estavam em debate limitações no compartilhamento de dados bancários ou fiscais entre a **Receita Federal** e a Unidade de Investigação Financeira (antigo Coaf) e o Ministério Público, que deflagrou sinal de alerta sobre deterioração na luta contra suborno.

"Além de alguns dos motivos que nos obrigaram a organizar a missão de alto nível ao Brasil em novembro de 2019, e ainda não foram atendidos, estamos acompanhando atentamente todas as notícias da mídia sobre o combate à corrupção internacional no Brasil", afirmou ele.

Com relação ao impacto que o desmonte da Lava-Jato terá para o Brasil no grupo da OCDE, Drago Kos respondeu que "cada país pode decidir por si mesmo como vai combater seus casos de corrupção". E acrescentou que "o Brasil provou com Lava-Jato que é capaz de combater com eficácia e eficiência até os casos de corrupção mais complicados e de alto nível. Portanto, o grupo de trabalho monitorará cuidadosamente se as novas soluções organizacionais anti-suborno no país alcançarão o mesmo nível de eficácia e eficiência das força-tarefa da Lava-Jato".

De acordo com o presidente do Grupo Anti-Corrupção, é possível um país passar de um nível muito baixo de aplicação da convenção anti-suborno da OCDE para um nível muito alto em período muito curto de tempo. "Só espero que o contrário não aconteça agora" no caso brasileiro, afirmou ele.

Uma fonte que acompanha os trabalhos na OCDE observou que no grupo anti-corrupção não havia tempo para responder aos questionamentos sobre o Brasil na plenária, até pela agenda apertada. Agora, o acompanhamento no subgrupo, segundo a fonte, dá a possibilidade de respostas mais detalhadas.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

STJ retoma análise de recursos de Flávio Bolsonaro sobre 'rachadinhas'



Flávio Bolsonaro: continuidade da investigação aberta contra o filho do presidente pode ficar comprometida

Isadora Peron, Cristian Klein

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) deve retomar hoje o julgamento de dois recursos movidos pela defesa do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) relacionados ao caso das "rachadinhas" na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). O habeas corpus apresentado pelos advogados de Fabrício Queiroz, apontado como operador do esquema, também está na pauta da Quinta Turma da corte.

Se os ministros mantiverem a posição de 23 de fevereiro, quando foi analisado o primeiro recurso e o colegiado decidiu, por maioria, anular as quebras de sigilo **impostos** a Flávio, a continuidade da investigação aberta contra o filho do presidente Jair Bolsonaro ficará comprometida.

Flávio, Queiroz e outras 15 pessoas foram denunciados no caso das "rachadinhas" pelo Ministério Público do Rio no ano passado. O esquema consistia na devolução de parte do salário de funcionários do gabinete da Alerj do então deputado estadual.

A análise dos recursos foi interrompida pelo relator, Felix Fischer, no julgamento de fevereiro, após ele ficar vencido no debate sobre a quebra de sigilos.

Por 4 a 1, os ministros acompanharam o voto de João

Otávio de Noronha. O argumento foi que faltou fundamentação jurídica para autorizar a medida, que havia sido tomada em 2019 pelo juiz Flávio Itabaiana, da 27- Vara Criminal do Rio, responsável pelo caso na primeira instância.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) recorreu da decisão do STJ. O recurso extraordinário pede que o caso seja enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) e que as quebras de sigilo sejam mantidas. O subprocurador-geral da República Roberto Thomé, responsável pelo caso, argumentou que a medida cumpriu os requisitos legais e constitucionais e, portanto, deve ser mantida.

O recurso da PGR ainda será avaliado pelo STJ, a quem cabe dizer se a peça cumpre os requisitos necessários para ser enviada ao Supremo.

Hoje, voltam à pauta dois recursos de Flávio sobre a mesma investigação. Um deles questiona o compartilhamento, com o Ministério Público, de um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que mostrou movimentações atípicas do senador.

Em seu voto, Noronha já se manifestou para que a medida também seja anulada. Para o ministro, o Coaf promoveu "indevida intromissão na intimidade e privacidade" de Flávio. "O Coaf não é órgão de investigação e muito menos de produção de prova. Ele não pode ser utilizado como órgão auxiliar do Ministério Público", afirmou.

Os relatórios de inteligência financeira foram a base da investigação sobre os desvios dos salários que deveriam ser pagos a funcionários de Flávio na Alerj.

O outro recurso de Flávio tenta anular todas as decisões tomadas pelo juiz Flávio Itabaiana.

Há ainda na pauta o habeas corpus impetrado pela defesa de Queiroz, que cumpre regime domiciliar. O ex-assessor de Flávio é amigo de longa data do presidente. Ele foi preso, em junho do ano passado, em um imóvel do advogado Frederick Wassef. Ele chegou a anunciar que se afastaria do caso, mas em fevereiro voltou a representar o senador nas sessões do STJ.

Presidente também teria esquema

Indícios de que o esquema de peculato ("rachadinha") - com a devolução ilegal de salários - também ocorreu no gabinete de Jair Bolsonaro (sem partido), quando o atual presidente da República era deputado federal, aparecem nos dados da quebra dos sigilos bancário e fiscal de pessoas ligadas ao senador Hávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), de acordo com reportagens publicadas ontem pelo "UOL".

Os dados analisados mostram transações financeiras suspeitas realizadas entre a segunda mulher de Bolsonaro, Ana Cristina Siqueira Valle, e a ex-cunhada do presidente, Andréa Siqueira Valle. Em janeiro de 2008, 14 meses depois que a irmã deixou o gabinete de seu então marido, na Câmara, Ana Cristina ficou com todo o dinheiro que restava na conta que Andréa utilizava para receber o salário. O valor da transferência, de R\$ 53.643,00, equivale hoje a R\$ 110 mil.

No mês passado, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou a quebra de sigilos bancário e fiscal no caso Flávio Bolsonaro. Mas o "UOL" afirma que obteve acesso aos dados em setembro do ano passado e que considera haver interesse público na divulgação das informações.

Nesses seis meses, o portal diz ter analisado 607.552 operações bancárias distribuídas em cem planilhas - uma para cada suspeito que teve a quebra de sigilo determinada pelo juiz Hávio Itabaiana, da 27-Vara Criminal do Rio. O magistrado estava responsável pelo caso que, segundo denúncia do Ministério Público do Rio, aponta os crimes de peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

As quatro reportagens mostram, no entanto, que o suposto esquema não era exclusividade de Hávio na Assembleia Legislativa do Rio. Envolveria práticas semelhantes e estaria conectado com a devolução de salários de funcionários contratados pelo pai Jair e pelo irmão e vereador do Rio Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ). As "rachadinhas" incluíam alguns dos mesmos personagens, muitos deles parentes da segunda mulher do presidente da República.

Ana Cristina e Bolsonaro tiveram um relacionamento estável entre 1998 e 2007. Ela é mãe de Jair Renan, o quarto dos cinco filhos do presidente. Sua irmã Andrea foi lotada no gabinete do então deputado Jair Bolsonaro entre setembro de 1998 e novembro de 2006.

Apesar do emprego e de ter conta bancária dentro da Câmara, Andréa nunca morou em Brasília. Nem na casa que declarou à **Receita Federal** em 2007 e 2008.

Na residência, na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio, viviam sua irmã e Bolsonaro. Andréa morava em Resende, região sul fluminense, "onde fazia diferentes serviços gerais, a exemplo de faxinas", relata o portal. Além de Andréa, 17 parentes de Ana Cristina foram contratados por Jair, Flávio ou Carlos Bolsonaro.

Depois de se desligar da Câmara dos Deputados, Andréa tornou-se funcionária de Carlos na Câmara de Vereadores. Em 2008, foi contratada por Flávio na Alerj, onde ficou por mais uma década. "Nesse período nunca pisou na casa legislativa. Sua principal ocupação era se preparar para participar de campeonatos de fisiculturismo", afirma a reportagem.

Em duas décadas, Andréa recebeu cerca de R\$ 2,25 milhões em valores atualizados, considerando salários brutos. "Mesmo assim, chegou a ter a conta de luz cortada, em Resende, e entrou na Justiça do Rio para pedir o religamento em março de 2010", relata o portal.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Suposto laranja de Flávio em loja assume futuras dívidas da empresa

Ítalo Nogueira - rio de janeiro

Apontado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro como um possível laranja do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), o empresário Alexandre Santini aceitou assumir eventuais futuras dívidas da loja de chocolate em que os dois eram sócios, isso após o encerramento das atividades da empresa.

Santini era o administrador de uma franquia da Copenhagen, apontada como uma das possíveis vias de lavagem de dinheiro do esquema da "rachadinha" investigado pelo Ministério Público do Rio.

Especialistas afirmam ser comum delegar ao sócio-administrador após o distrato a responsabilidade por eventuais novas dívidas, que podem incluir possíveis cobranças da **Receita Federal** ou condenação por processos trabalhistas -já há um em curso contra a empresa instaurado após seu fechamento.

"É uma cláusula comum quando se quer proteger algum dos sócios", disse André Saad, professor de direito empresarial da Universidade Cândido Mendes.

Ele afirma, porém, que o patrimônio do senador pode ser atingido caso uma futura dívida supere a capacidade financeira de Santini.

O distrato, que oficializa o fim da Bolsotini Chocolates e Café, também indica que cada um dos sócios ficou com R\$ 100 mil da empresa.

De acordo com Gustavo Coelho, professor de direito empresarial do Ibmecc-RJ, é possível que os sócios tenham recolhido por meio de dividendos outros valores antes do distrato em si -recursos estes que não precisam ser informados à Junta Comercial, mas sim declarados à Receita.

Os R\$ 200 mil divididos igualmente entre os Flávio Bolsonaro e Santini equivalem ao capital social da empresa no momento de sua abertura.

Procuradas, as defesas de Santini e Flávio não comentaram os termos do distrato.

Flávio afirmou que usou o dinheiro do encerramento da loja para ajudar a pagar a mansão de R\$ 6 milhões que comprou em Brasília. A data do encerramento

das atividades da firma, contudo, ocorreu após o pagamento da entrada no novo imóvel adquirido pelo senador.

O distrato da Bolsotini foi assinado no mesmo dia em que Flávio Bolsonaro lavrou a escritura de compra de sua mansão em Brasília, em 29 de janeiro deste ano.

Contudo a empresa RVA Construções e Incorporações, vendedora da mansão, afirmou no último dia 3 que recebeu três transferências bancárias no fim do ano passado: R\$ 200 mil em 23 de novembro, R\$ 300 mil em 10 de dezembro, e R\$ 590 mil em 11 de dezembro. Todas antes da assinatura do distrato da empresa Bolsotini.

Outra fonte de recursos, segundo ele, foi a venda de um imóvel na Barra da Tijuca, operação ainda não oficializada no Registro de Imóveis -a medida é responsabilidade do comprador e sem prazo para ocorrer.

A franquia da Copenhagen é apontada pelo MP-RJ como um possível caminho de lavagem de R\$ 1,6 milhão do suposto esquema de "rachadinha" no antigo gabinete de Flávio na Assembleia Legislativa. O caso estava sob investigação até a decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) de anular a quebra de sigilos bancário e fiscal do caso.

Alexandre Santini é apontado pelo MP-RJ como um suposto "laranja" de Flávio na constituição da empresa. A Promotoria identificou que partiu das contas da mulher do senador, a dentista Fernanda Bolsonaro, todo o investimento inicial na empresa.

Os investigadores apontam ainda indícios de que o senador foi o responsável por quitar o pagamento para compra da franquia, por R\$ 800 mil, em dezembro de 2014.

De acordo com o Ministério Público, o nome de Santini foi usado apenas para adicionar mais um sócio à empresa para simular a divisão do investimento que o senador não teria como, sozinho, explicar a origem.

"Como Flávio e Fernanda não possuíam fontes de receitas lícitas para custear sequer a metade do investimento para aquisição e operação da loja Copenhagen, a informação de que o administrador

Alexandre Santini teria dividido os custos do empreendimento pode ter sido falsamente inserida nos contratos com a finalidade de acobertar a inserção de recursos decorrentes do esquema de 'rachadinhas', escreveu o MP-RJ em dezembro de 2019, quando realizou buscas na loja do senador.

O filho mais velho de Jair Bolsonaro é acusado de liderar um esquema de "rachadinha" em seu antigo gabinete na Assembleia, levado a cabo por meio de 12 funcionários fantasmas de 2007 a 2018, período em que Fabrício Queiroz, amigo do presidente e suposto operador financeiro do grupo, esteve lotado em seu antigo gabinete.

De acordo com o MP-RJ, foram desviados dos cofres públicos R\$ 6,1 milhões, dos quais para R\$ 2,08 milhões há comprovação de repasse para Fabrício Queiroz.

Outros R\$ 2,15 milhões foram sacados das contas de supostos "funcionários fantasmas", recursos que os promotores afirmam terem sido disponibilizados para a suposta organização criminosa.

Flávio foi denunciado em novembro pela Promotoria fluminense sob a acusação dos crimes de peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

A Quinta Turma do STJ, contudo, anulou a decisão que autorizou as quebras de sigilo bancário e fiscal do senador e outros investigados do caso. O Ministério Público ainda estuda se vai recorrer.

Caso a decisão permaneça em vigor, a denúncia deve ser arquivada e a investigação, recomeçada do início.

A defesa de Santini afirmou que só comentaria as suspeitas do Ministério Público do Rio e os termos do distrato da empresa nos autos, em razão do sigilo do processo.

A assessoria de Flávio Bolsonaro não respondeu aos questionamentos da reportagem. À época do oferecimento da denúncia, a defesa do senador negou as acusações e apontou o que considera "erros bizarros".

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

67

Licença para pagar salário



» **Rosana Hessel**

Com o caixa apertado, o governo encaminhou, ontem, um projeto de lei ao Congresso Nacional (PLN) pedindo autorização para executar despesas antes da aprovação do Orçamento de 2021, que tramita na Comissão Mista de Orçamento (CMO). A medida tem como principal objetivo não suspender o pagamento, por exemplo, de salários e de aposentadorias entre março e abril, uma vez que a liberação de recursos está condicionada à regra de ouro e soma quase R\$ 500 bilhões.

O governo precisa da autorização especial do Congresso antes da aprovação do Orçamento para evitar a suspensão do pagamento de despesas que já estão no limite do condicionamento da regra de ouro. Essa norma é uma emenda constitucional que impede o Executivo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, aposentadorias e pensões. Sem o aval do Congresso, o presidente Jair Bolsonaro comete crime de responsabilidade fiscal e pode sofrer um processo de impeachment, como ocorreu com a ex-presidente Dilma Rousseff.

Contudo, os gastos também estão condicionados ao duodécimo (1/12 avos) da previsão anual até que o Legislativo aprove a peça orçamentária. A aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLOA) deste ano está prevista para o final do mês.

INSS e servidores Conforme dados do PLOA deste ano, R\$ 453,7 bilhões respondem pelo volume de despesas que excedem o limite de gastos imposto pela regra de ouro. Esses gastos só poderão ser executados com a autorização do Congresso, por meio de crédito suplementar, para evitar o descumprimento da legislação.

Nesse montante, estão incluídos, por exemplo, R\$ 272,1 bilhões em benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), ou seja, 38,2% dos R\$ 712 bilhões previstos para o ano, e R\$ 119,2 bilhões de salários de servidores - 41,6% dos gastos estimados para o pagamento anual da folha do funcionalismo, de R\$ 286,7 bilhões.

Um levantamento feito pela Instituição Fiscal Independente (IFI) estima que o salário de alguns servidores, como os militares, que ganharam reajuste salarial, podem ter os vencimentos interrompidos a partir deste mês ou de abril. Um dos casos mais críticos é dos servidores ativos das Forças Armadas, que têm R\$ 7,6 bilhões de despesa não condicionada, mas outros R\$ 22,8 bilhões que estarão condicionados ao crédito suplementar que precisa ser aprovado pelo Congresso. Ou seja, o governo vai ter que emitir dívida para pagar esses 75% dos R\$ 30,5 bilhões da despesa total dos salários, incluindo os reajustes.

Para os inativos, a conta é similar. Eles têm R\$ 6,6 bilhões não condicionados e R\$ 19,7 bilhões condicionados, totalizando R\$ 26,3 bilhões. Portanto, 75% são fontes condicionadas também ao aval do Legislativo.

Segundo os dados do PLOA de 2021, o governo condicionou R\$ 21 bilhões das despesas discricionárias previstas para este ano, de R\$ 122,1 bilhões, reduzindo a previsão de gastos com investimentos e o funcionamento da máquina para R\$ 91,4 bilhões. Os investimentos previstos para o ano somam R\$ 25,9 bilhões.

O governo também condicionou 73,4% dos R\$ 19,6 bilhões de recursos previstos para a complementação do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb): R\$ 15,1 bilhões. Entre outras despesas condicionadas à regra de ouro que constam na LOA estão o pagamento de precatórios, do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e de serviços públicos essenciais, como a Operação Carro-Pipa no semiárido brasileiro.

Regra de ouro De acordo com o Ministério da Economia, a proposta do PLN vai alterar o artigo 65 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 (Lei nº 14.116, de 2020), aprovada pelo Legislativo no fim do ano passado. "O objetivo principal da proposta é viabilizar a execução de programações orçamentárias que estão condicionadas à aprovação das operações de crédito de que trata o art. 167, inciso III, da

Constituição Federal, a chamada regra de ouro, e que dependeriam da aprovação da Lei Orçamentária para serem remanejadas", informou a nota da pasta chefiada pelo ministro Paulo Guedes.

Questionado pelo Correio, o ministério informou que o valor do crédito suplementar ainda "depende da confirmação do valor do superavit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2020, mesmo que tal crédito seja enviado após a aprovação da LOA-2021". "O PL de alteração da LDO de 2021 tem por objetivo possibilitar que parte dos R\$ 453,7 bilhões seja disponibilizado antes da aprovação da LOA de 2021, com observância do disposto nos incisos do caput do artigo 65 da LDO de 2021", esclareceu a pasta.

Segundo o ministério, a medida visa dar maior flexibilidade à União para efetuar ajustes nas programações orçamentárias na fase de execução provisória, até que o Congresso Nacional aprove o orçamento definitivo de 2021, ainda em votação. "Com a aprovação da lei, será possível utilizar o valor do superavit financeiro apurado em balanço patrimonial de 2020 para substituir as fontes de operações de crédito. O valor a ser substituído ainda está em análise, mas não será suficiente para cobrir a totalidade das ações", informou a nota.

Governo pede urgência para pagar salários



Condição. Governo depende de autorização do Congresso Nacional para usar recursos

Daniel Weterman / BRASÍLIA

O governo encaminhou um projeto de lei ao Congresso Nacional ontem pedindo autorização para executar uma série de despesas antes da aprovação do Orçamento de 2021, que ainda não foi votado pelo Legislativo. O argumento é destravar parte de um montante que totaliza R\$ 453,7 bilhões que ainda não podem ser gastos em função da regra de ouro. Prevista na Constituição, essa regra fiscal proíbe o governo de usar recursos obtidos de empréstimos, via emissão de títulos públicos, para bancar despesas correntes, como é o caso dos salários.

O valor de R\$ 453,7 bilhões equivale a 30% das despesas totais deste ano e inclui gastos com pessoal e Previdência. Este é o terceiro ano consecutivo em que a regra de ouro fica condicionada à aprovação de um crédito suplementar pelo Congresso para não haver crime de responsabilidade fiscal.

Pelo projeto enviado ontem, o governo pede autorização do Congresso para usar até R\$ 160 bilhões do superávit financeiro em 2020 para bancar parte dessas despesas, conforme estimativa do Ministério da Economia.

O valor, porém, não foi finalizado.

Outra possibilidade é pagar esses gastos com remanejamento de recursos.

Sem a aprovação desse projeto, o governo argumenta que pode ficar sem dinheiro para pagar salários, aposentadorias e serviços essenciais a partir deste mês. Como mostrou o Estadão em janeiro, o pagamento de salários para servidores, inclusive militares, e de outras despesas do governo federal ficou ameaçado pela demora na aprovação do

Orçamento deste ano. Se todo o rito de tramitação for cumprido à risca pelos parlamentares, a perspectiva de aprovação da peça orçamentária, na melhor das hipóteses, é só para o mês de abril. A essa altura, o dinheiro disponível hoje para pagar os funcionários já terá acabado, segundo documentos obtidos pelo Estadão/ Broadcast.

De acordo com documento assinado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, o objetivo da autorização pedida no projeto enviado ontem é reduzir o montante do crédito suplementar sujeito à aprovação de outro projeto de lei que só seria possível análise após a sanção da Lei Orçamentária Anual (LOA). A projeção do governo é que o Orçamento seja sancionado apenas na primeira quinzena de abril, depois de votação no Congresso.

Com o projeto enviado ontem, que depende da aprovação de deputados e senadores, o governo poderá executar parte das despesas condicionadas a partir de março, desde que encontre fonte de recursos, como o remanejamento de outras áreas ou excesso de arrecadação financeira.

"Entre essas despesas, destacam-se a folha de pagamento de pessoal ativo de alguns órgãos e entidades do Poder Executivo, os precatórios, as aposentadorias e pensões do Regime Geral de **Previdência Social**, e os serviços públicos essenciais, como a operação carro pipa no semiárido brasileiro, entre outras", diz a mensagem de Guedes anexada à proposta.

Votações. O projeto precisa ser votado em uma sessão do Congresso Nacional, formada por deputados e senadores. O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), anunciou sessões para amanhã e quinta-feira, com vetos presidenciais na pauta. A proposta orçamentária pode ser incluída na agenda. Na mensagem, o governo pediu urgência e afirmou ser "imprescindível" a aprovação da medida para execução dessas despesas. Líderes partidários da Câmara e do Senado devem discutir o cronograma de votações.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), afirmou que a proposta será incluída "muito provavelmente" nessas próximas sessões do Congresso. Ele negou que a medida seja um "cheque em branco" ao permitir que o governo faça remanejamento nas despesas antes da aprovação do Orçamento pelos parlamentares.

"O projeto é importante para viabilizar o pagamento da folha de março tendo em vista que o orçamento só será aprovado no início de abril".

I Cenário

"O projeto é importante para viabilizar o pagamento da folha de março tendo em vista que o orçamento só será aprovado no início de abril." Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) LIDER DO GOVERNO NO SENADO

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo estuda dispensar perícia presencial no INSS

GERALDA DOCA

O governo estuda tomar definitiva a concessão de auxílio-doença sem necessidade de perícia médica presencial, medida adotada na pandemia por causa da restrição ao funcionamento das agências do INSS. A ideia é estabelecer a nova regra para casos mais simples e de fácil comprovação, como fraturas, por exemplo. Neste caso, bastaria a apresentação de documentos complementares, como raios X e atestado médico, para que o segurado receba o benefício, sem precisar se deslocar até um posto de atendimento.

Esse tipo de autorização especial foi inserido em uma medida provisória (MP) aprovada semana passada que amplia a margem para empréstimos consignados para aposentados e pensionistas, e vale até o fim do ano. O governo vai usar o período como teste.

A medida tem potencial para reduzir a fila, que cresceu na pandemia por causa da redução de quase 60% no número de perícias médicas. Seria um avanço por estar em linha com práticas em outros países, destaca um técnico. Segundo integrantes do governo, o sistema dispõe de ferramentas para evitar fraudes, como checagem de dados sobre a identificação do beneficiário e veracidade dos atestados.

No Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, a concessão automática ficaria prejudicada, pois é preciso avaliação psicossocial, com visitas a casas.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Reforço do Bolsa Família reduziria desigualdade

Assis Moreira

O Brasil poderia ter alcançado progresso duas vezes mais rápido na redução da desigualdade de renda se tivesse transferido para participantes da Bolsa Família o dinheiro gasto no aumento automático das aposentadorias.

A conclusão é de Jens Arnold, economista sênior da OCDE, e Matheus Buenos, aluno da Escola de Economia de Toulouse (França), em novo estudo.

Arnold, que foi o economista responsável para acompanhar a economia brasileira por vários anos, nota que os gastos sociais superam os 15% do **PIB** no Brasil, dos quais 13% são com aposentadoria.

Quando o governo eleva o salário mínimo, isso tem custo fiscal em razão da indexação dos benefícios da **seguridade social** no país. O estudo foca no período 2021-2014. O economista nota que a ideia de que os aposentados são os pobres do Brasil é muito forte e que mexer na indexação ao salário mínimo pode fazer danos à faixa mais vulnerável da sociedade. No entanto, acrescenta, "a realidade é completamente diferente". Cerca de 55% dos brasileiros têm renda menor que o salário mínimo.

Os autores do estudo concluem que os recursos transferidos para os aposentados, graças à indexação ao salário mínimo, se tivessem sido colocados no Bolsa Família teriam levado a um declínio 101% mais forte na desigualdade de renda em 2012, 63% em 2013 e 50% mais em 2014.

Embora o aumento do salário mínimo tenha diminuído significativamente desde 2014, as pressões políticas para crescimento real podem facilmente emergir de novo na medida em que a economia se recuperar, diz Arnold.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

INSS: Prova de vida de aposentados é suspensa até junho

Por Valor Investe - São Paulo

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) não vão precisar fazer a prova de vida até 31 de maio e não terão seus benefícios bloqueados. A instrução normativa publicada nesta terça-feira (16) no Diário Oficial da União muda o calendário divulgado no fim de fevereiro e adia por mais um mês a obrigatoriedade da comprovação de vida.

O procedimento anual é obrigatório para que os segurados do **INSS** não tenham o benefício bloqueado. Desde março de 2020, quando a pandemia prejudicou a realização da prova de vida de forma presencial, os bloqueios haviam sido suspensos e a medida vem sendo prorrogada desde então.

O governo, no entanto, tem estudado uma maneira para que a prova possa ser realizada de modo remoto, pelo celular. Em nova etapa do projeto, foi disponibilizado, em 23 de fevereiro, o serviço digital para mais de 5 milhões de beneficiários do **INSS**.

Site: <https://valorinveste.globo.com/produtos/servicos-financeiros/noticia/2021/03/16/prova-de-vida-inss-e-suspensa-ate-junho.ghtml>

Não haverá crescimento consistente sem equilíbrio fiscal (2)

Robson Braga de Andrade, Empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

A redução das incertezas políticas e econômicas, a aceleração do ritmo de crescimento da atividade produtiva e a criação de empregos em 2021 dependem, entre outras ações, do ajuste das contas públicas. Por isso, é importante que o governo federal e o Congresso Nacional reafirmem o compromisso com a responsabilidade fiscal e com a manutenção do teto de gastos.

Mesmo diante do recrudescimento da pandemia da Covid-19, é preciso zelar pela correta destinação dos recursos e buscar o equilíbrio fiscal. No ano passado, a exemplo do que ocorreu nos demais países, o Brasil aumentou substancialmente os gastos públicos para diminuir os impactos da crise provocada pela pandemia da Covid-19. Esse esforço foi fundamental para ampliar a atenção à saúde da população, garantir a sobrevivência das famílias de baixa renda e proteger as empresas e os empregos.

As ações emergenciais também contribuíram para a rápida recuperação da economia a partir do terceiro trimestre, amenizando a recessão que tivemos em 2020.

Entretanto essas despesas tiveram um forte impacto nas contas do governo. O déficit primário do setor público atingiu R\$ 703 bilhões no ano passado, o pior resultado desde 2001. Com isso, a dívida bruta federal alcançou R\$ 6,61 trilhões, equivalente a 89,3% do **PIB** (Produto Interno Bruto), o maior patamar dos últimos 14 anos.

A manutenção dos gastos e da dívida em níveis tão elevados é preocupante, pois alimenta a desconfiança dos investidores na capacidade de o país honrar seus compromissos. O próprio Tesouro Nacional alerta que, sem o necessário ajuste fiscal, o Brasil corre o risco de enfrentar, no futuro próximo, dificuldades para refinarçar a dívida que está por vencer.

A insegurança dos investidores em relação à trajetória das contas do governo vem pressionando as taxas de juros exigidas pelo mercado para a compra dos títulos públicos, o câmbio e, conseqüentemente, a **inflação**. O aumento dos juros, do dólar e dos preços compromete o planejamento das empresas e a renda

das famílias. O resultado é a redução do consumo, da produção, dos investimentos e do crescimento da economia.

Diante desse quadro, os Poderes Executivo e Legislativo e os demais setores da sociedade precisam avaliar a qualidade dos gastos e definir as prioridades das políticas públicas. Um passo importante nessa direção é a aprovação de uma reforma administrativa que melhore a produtividade da máquina pública e aumente a eficiência dos serviços prestados à população. A reforma também deve enfrentar a questão do crescimento constante das despesas com pessoal.

Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que, mesmo em períodos de crise econômica e fiscal, os ganhos dos **servidores públicos** superam os dos demais trabalhadores. Entre 2014 e 2016, por exemplo, enquanto o rendimento médio dos empregados da iniciativa privada ficou estagnado, o do setor público teve um aumento real de 10%. Em 2019, os gastos da União com pessoal tiveram um acréscimo real de 6,8% na comparação com 2014.

Além da reforma administrativa, o ajuste duradouro das contas públicas requer medidas que, em períodos de desequilíbrio fiscal, permitam à União, aos estados e aos municípios reduzir as despesas obrigatórias, sobretudo os gastos com pessoal e com encargos sociais. Essas iniciativas, combinadas com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com a regra do teto de gastos, fortalecerão o conjunto de instrumentos que permite a manutenção do equilíbrio do orçamento a longo prazo.

O controle dos gastos e a conseqüente redução da dívida pública aumentarão a capacidade do governo de investir em áreas cruciais como saúde, educação e segurança. Essas medidas também ajudarão a manter taxas de juros mais baixas e a evitar aumentos na carga tributária. Só assim será possível criar um ambiente favorável aos investimentos e à produção, à geração de empregos e renda e a uma retomada sustentável do desenvolvimento econômico e social do país.

[...] Executivo, Legislativo e demais setores da sociedade precisam avaliar a qualidade dos gastos e

definir as prioridades das políticas públicas. (...) A reforma administrativa também deve enfrentar a questão do crescimento constante das despesas com pessoal

Robson Braga de Andrade, Empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

67

"Fim da Lava Jato não encerra luta contra a corrupção"



Brasil. Apurações sobre corrupção continuam, diz Susan

**Beatriz Bulla CORRESPONDENTE / WASHINGTON /
CÉLIA FROUFE**

ENTREVISTA: Susan Rose-Ackerman, professora emérita de Direito e Ciência Política da Universidade Yale

Uma das principais referências mundiais em estudo sobre corrupção, a professora emérita de Direito e Ciência Política da Universidade Yale Susan Rose-Ackerman afirmou ter se decepcionado com a Lava Jato quando soube da relação entre o então juiz Sérgio Moro e procuradores da República. Apesar disso, disse esperar que erros cometidos não atrapalhem o combate à corrupção no País.

Para ela, o encerramento da Lava Jato não significa o fim de investigações sobre malfeitos.

Susan já foi elogiada por integrantes da força-tarefa, como o procurador Deltan Dallagnol, ex-coordenador do grupo em Curitiba. Ao Estadão, ela disse ainda que considerou a decisão sobre as condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva acertada, mas tardia, e que o País não pode depender da Justiça criminal para resolver a corrupção.

I Qual é o efeito das recentes decisões do STF para a Lava Jato e o combate à corrupção?

Houve problemas com processos movidos contra Lula. Pelo que entendi, não pertenciam à Lava Jato e deveriam ter sido julgados em tribunais diferentes.

A decisão soou como correta.

Claro que há muitos outros casos tratados de forma perfeitamente apropriada sob o guarda-chuva da Lava Jato e é importante que eles não sejam prejudicados por essa decisão particular. Então, na minha opinião, veio um pouco tarde demais, vários anos depois, mas me parece que foi uma decisão correta.

I No livro *Corruption and the Lava Jato scandal in the Latin America*, a sra. e a professora Raquel de Mattos Pimenta afirmam que contar apenas com o Direito Penal para reformar a fragilidade estrutural da democracia brasileira é insuficiente. O que vê como incentivos à corrupção além do que a Justiça pode resolver?

Se parte das razões de origem para a corrupção não são apenas pessoas sem escrúpulos, mas algo na natureza de como o Estado interage com empresas e indivíduos, então a reforma precisa ser mais do que apenas o Direito Penal. É preciso tornar o sistema de licitações menos vulnerável à corrupção.

Pensar na pressão sobre os funcionários públicos para arrecadarem dinheiro para os partidos políticos. É preciso uma análise mais profunda de como diferentes setores da economia funcionam e o que cria incentivos à corrupção. Os responsáveis pela Lava Jato estavam interessados em reformas, mas a proposta deles tinha a ver com deficiências no funcionamento do sistema de Justiça criminal. Algumas faziam sentido, mas eles estavam simplesmente dizendo: "nossas reformas ajudarão os promotores a tocar os casos de forma mais eficaz". Isso é bom, mas não é suficiente se houver problemas estruturais mais profundos.

I Como equilibrar as diferentes percepções sobre as instituições a partir da operação?

São tensões. Eu fiquei muito desapontada com as coisas que surgiram sobre a relação entre o juiz (Moro) e os procuradores que certamente parecem inadequadas. É muito decepcionante.

A esperança é que isso não prejudique toda a ideia de

ir contra corruptos, porque há pessoas que estão realmente envolvidas em corrupção.

A Lava Jato certamente estava comprometida com a redução do nível de corrupção na sociedade, mas acho que cometeu alguns erros na forma de operar. Isso é uma preocupação.

A questão é: há uma maneira de a sociedade civil criticar as instituições existentes, mas também apontar como as coisas podem mudar para melhor?

E é disso que eu estava falando, mais reformas estruturais nas relações entre os cidadãos e o Estado, para reduzir os incentivos à corrupção. Não deixar que erros cometidos por indivíduos lancem tantas dúvidas sobre as tentativas de resolver o problema.

I Que efeito a ida de Moro para o governo Bolsonaro teve para a imagem da operação?

Fiquei extremamente surpresa quando isso aconteceu. A Lava Jato foi criticada por ter uma espécie de viés político. E eu pensei que isso não era verdade.

Ele ter ido trabalhar para Bolsonaro foi um tanto perturbador.

No mínimo, tornou mais difícil defender toda a empreitada como apartidária.

I A sra. vislumbra retrocessos no combate à corrupção?

É uma preocupação. Ainda existe um sistema de procuradores independentes, que é uma grande vantagem do sistema brasileiro. Então, acho que há uma certa responsabilidade sobre eles, de dizerem "sim, houve erro no relacionamento entre Moro e alguns procuradores, mas isso não significa que o problema não esteja lá".

E eles têm obrigação de continuar com investigações, já que são independentes.

I Muito se fala sobre o fim da Lava Jato. Era uma operação que não deveria terminar?

Não. Há um conjunto de casos nos quais Moro tinha autoridade para ser o juiz. Mas você pode encerrar a Lava Jato e ainda haverá outros casos de corrupção que nada têm a ver com isso.

É claro que a Lava Jato deveria acabar e agora, na verdade, acabou. Mas isso não significa que o Brasil ou o Ministério Público pararam de investigar a corrupção, ou parem de pensar nela como um problema que precisa de reforma.

I Qual o legado da Lava Jato?

A ideia de investigar pessoas poderosas por atividades corruptas é algo que parece que o Brasil está disposto a fazer. E desde que seja feita de forma legal e justa, é bom.

-

Pela 1ª vez, OCDE cria um grupo para monitorar o Brasil

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) anunciou a criação de um grupo para monitorar o combate à corrupção no Brasil. O chefe do Grupo de Trabalho sobre Suborno da entidade, Drago Kos, disse ao Estadão/Broadcast que informações recentes sobre o tema - como o esvaziamento da Lava Jato - "decepcionaram".

A formação de um núcleo permanente para acompanhar a questão da corrupção no Brasil é iniciativa inédita da OCDE. "O desejo de encerrar (a Lava Jato) o mais rápido possível é surpreendente.

O Grupo de Trabalho monitorará se as novas soluções antissuborno no País alcançarão o mesmo nível de eficácia e eficiência das forças-tarefa da Lava Jato", afirmou Kos. O Itamaraty não se manifestou até a conclusão desta edição.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pandemia é chance para país desenvolver tecnologia de saúde, diz economista



Para mim, pela natureza desse vírus, ele vai permanecer entre nós. A gente vai ter de se adaptar a conviver com isso, passar por surtos, por várias vacinas que vão ter de ser atualizadas recorrentemente e continuar com algum grau de cautela nas nossas vidas

Eduardo Cucolo

O Brasil tem potencial para desenvolver uma indústria de ponta na área de saúde e utilizara pandemia para se tornar um player global nessa área, deforma a se destacar em um "novo mundo pandêmico", no qual a convivência com o novo coronavírus seria permanente.

Essa é a visão da economista Monica de Bolle, professora da Johns Hopkins University (EUA). Com especialização em Escola de Medicina de Harvard, de Bolle afirma que não voltaremos à normalidade pré-pandemia e que a convivência com o vírus irá alterar a forma de funcionamento da economia global.

*

Mundo pandêmico

A realidade que a gente tem pela frente não é uma realidade em que vai poder declarar um fim da pandemia. A fase aguda da pandemia vai passar, a gente não vai ficar no estágio em que está agora, mas esse estado de alerta permanente vai continuar conosco. Isso tem implicações em como os países, as pessoas e a economia vão se adaptar. Mercado de trabalho, ambiente de trabalho, aglomerações de todos os tipos, como eventos esportivos, viagens, todas essas coisas estão alteradas, e a gente não vai

voltar ao que tinha antes.

No segundo semestre de 2021, a gente vai relaxar medidas restritivas, medidas sanitárias, em várias partes do mundo. Mas, supondo que todas essas vacinas deem conta dessas variantes, as que existem e as que vão surgir, a gente só consegue ter um contingente no mundo vacinado em quantidade suficiente para conseguir respirar com algum alívio, com certo otimismo, lá para o final de 2022.

Eu passei os últimos dois anos fazendo uma série de especializações em medicina em Harvard, e calhou de a pandemia acontecer. Para mim, pela natureza desse vírus, ele vai permanecer entre nós. A gente vai ter de se adaptara conviver com isso, passar por surtos, por várias vacinas que vão ter de ser atualizadas recorrentemente e continuar com algum grau de cautela nas nossas vidas. Você vai ter sempre um repositório de Sars-CoV-2 em algum lugar do mundo sofrendo mutações.

Mudança na economia

O setor de serviços vai ter de se reinventar. No trabalho, já havia uma pressão para pensar novos modelos de trabalho, e na pandemia isso teve de acontecer. Você pode pensar pelo lado negativo, algumas pessoas vão perder permanentemente os empregos que tinham porque eles vão desaparecer. Por outro lado, há mudanças que geram uma flexibilidade maior, muitas pessoas não voltarão aos escritórios, e isso gera um ganho de eficiência enorme.

Para um país poder se sair melhor que outro, vai ter de investir muito na área de saúde. Em tudo: testagem, equipamento de proteção pessoal, capacidade de vigilância genômica, que requer vá ri os laboratório com equipamentos de ponta e uma rede que converse entre si e esteja rastreando no país inteiro.

Nova agenda para o Brasil

A agenda, para mim, no Brasil hoje, se tivesse um governo com visão estratégica, seria a saúde pública. E onde a gente tem uma vantagem natural, pelo sistema de saúde que a gente tem.

Você vê a Índia exportando vacina para muitos países e também exportando medicamento, produtos químicos. A China, a mesma coisa. A Rússia está tendo o mesmo tipo de posicionamento. Se você olhar para esses países [do Brics], tirando o B [de Brasil], o resto dos Brics estão todos fazendo esse reposicionamento. O Brasil teria uma posição muito privilegiada para fazer isso. Já fomos grandes produtores de medicamentos e vacinas, mas abrimos mão dessa vantagem.

A agenda de longo prazo deveria ser essa. Dessas coisas começam a vir inovações, tecnologias, inserção global, capacidade de estar mais envolvido nas cadeias de produção globais, tudo pela via da saúde pública.

Quais são as reformas que a gente precisa fazer para alcançar esses objetivos? Aí você faz as reformas com esses objetivos em mente. Vamos fazer uma reforma administrativa que atenda a esse objetivo, uma **reforma tributária** de modo a alcançar esse objetivo.

EUA

Colocar a saúde pública no centro das discussões faz com que essas oportunidades fiquem mais visíveis e você começa a mudar um pouco o debate no Brasil. Aqui nos EUA, vai acontecer a mesma coisa. O setor de saúde aqui tem uma precariedade que o Brasil não tem. Tem muitas escolas de medicina de ponta, mas o sistema de saúde vai ter de ser reinventado.

O envelhecimento populacional é outro aspecto importante do porquê de investir em saúde pública. E tem as sequelas da própria Covid. O número de pessoas que vão precisar dessa área para continuar sendo produtivas, algumas vão ter sequelas para sempre, que as torna dependentes de centros de reabilitação.

Aqui nos EUA, todos os hospitais têm centro de reabilitação para quem teve Covid. A gente já tinha essa realidade de envelhecimento populacional somada a uma carga de doenças crônicas cada vez maior. Agora, além disso, tem o efeito que vem com as sequelas da Covid.

Monica de Bolle,, professora da Johns Hopkins University (EUA)

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

G20 discute tributação de economia digital, mas Brasil engatinha no tema



Digital. Textos de reforma tributária não abordam questão

Célia Froufe BRASÍLIA

O grupo das 20 economias mais ricas do globo (G20), do qual o Brasil faz parte, fará uma reunião sobre a economia digital nesta semana, nos dias 17 e 18. Enquanto o mundo trava um forte debate sobre a tributação digital, especialmente as "Big Techs" (gigantes como Amazon e Google), o Brasil engatinha na discussão.

O "Estadão/Broadcast" conversou com especialistas e há um consenso de que o assunto está longe de ser resolvido.

Aqui, a **reforma tributária** está em pauta, com a promessa dos novos presidentes da Câmara e do Senado de que vão acelerar sua tramitação no Congresso.

Os textos propostos, porém, deixam de fora a questão da economia digital.

Um ponto que dificulta a chegada de um consenso em todo o mundo é o de que, na economia digital, quase toda atividade pode ser classificada como serviço.

E a divisão de bens e serviços tem sido cada vez mais difusa com o uso das novas tecnologias.

Em muitos casos, há a pergunta sobre se o que será

taxado é um produto, um serviço ou uma terceira opção.

O debate interno se torna mais complicado porque há aqui um imposto específico para cada segmento produtivo.

No exterior, como nos países da Europa, por exemplo, a área fiscal optou por um tributo único, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), sem distinção entre as áreas de atuação. A batalha internacional diz respeito onde o tributo deve ser cobrado. Os americanos sustentam que seja nos países onde estão as sedes das companhias. A maioria das outras nações alega que as atividades se desenvolvem em seu território, com agregação de valor e em função de seus consumidores.

Portanto, o argumento é o de que, pelo menos uma parte dos **impostos**, deveria ser cobrada onde o serviço é usufruído.

"Aqui há uma discussão infrutífera sobre a economia digital, mas ao mesmo tempo tem um tributo ruim. Mas que pega parte dessas operações das grandes companhias", afirmou Aristóteles de Queiroz Camara, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em relação ao PIS e à Cofins. "Isso é algo que não tem parâmetro na Europa ou nos EUA. É por isso que é tão urgente o debate no Brasil", diz.

Dessa forma, a instalação de atividades de companhias internacionais em terras domésticas já gera receitas ao governo. O problema, de acordo com Camara, é que o tributo é arcaico, mas acaba funcionando nesse campo, ainda que não seja a forma ideal. A pior consequência, segundo o professor, é que gera problemas em outros campos e, por isso, são os **tributos** que geram mais disputas judiciais.

Ele comentou que a **reforma tributária** não toca na área digital, mas que uma de suas maiores preocupações hoje é com o aceno feito pelo governo de voltar a introduzir a CPMF ou um tributo financeiro semelhante.

"Em tese, essa CPMF iria abranger a tributação digital, mas isso está errado. Isso é um assunto mais ligado ao imposto de renda (das empresas). No Brasil, o assunto está deturpado", diz. "A CPMF é uma solução

ruim para o problema errado." Expectativa. O mundo está completamente sem rumo sobre qual a melhor forma de aplicar **tributos** sobre os produtos digitais - em especial, os que têm origem fora de seus territórios.

Há mais de cinco anos, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) se debruça sobre o tema para tentar encontrar pontos em comum à maior parte dos países - uma proposta foi lançada em outubro de 2019, tentando costurar as questões de seus vários membros. Na avaliação da entidade, houve "progressos substanciais" para alcançar uma solução consensual de longo prazo para os desafios fiscais decorrentes da digitalização da economia. A expectativa é a de que se chegue a um acordo até meados deste ano.

Um estudo da KPMG, lançado no ano passado, destacou que os benefícios para a economia global trazidos pela inovação tecnológica foram muitos, e que os governos têm se esforçado para incentivar empresas do setor a manter seus países alinhados com o que há de mais moderno no mundo. "No entanto, certos setores e negócios se beneficiam desproporcionalmente de **impostos** preferenciais, criando um campo de jogo desigual", diz o estudo.

Celso de Barros Correia Neto, professor do IDP, diz que não há solução acabada para o assunto. Para ele, também não há como escapar de levar em consideração o número de usuários como critério de tributação.

"Isso envolve o desafio de repensar a soberania fiscal." Ele diz que a conversa internacional sobre a quem cabe a tributação ainda nem chegou ao Brasil - e há muitas indefinições sobre o tema, que acabam no Supremo Tribunal Federal (STF), que pode demorar anos para definir sentença sobre o tema.

Debate

"Aqui há uma discussão infrutífera sobre a economia digital, mas ao mesmo tempo tem um tributo ruim. Mas que pega parte dessas operações das grandes companhias" Aristóteles de Queiroz Camara
PESQUISADOR DA FGV

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Preços de remédios vão subir até 4,88%

Natasha Werneck

As farmácias de todo país podem aumentar o preço de mais de 19 mil remédios em até 4,88%. Essa foi a decisão da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), órgão vinculado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), publicada ontem no Diário Oficial da União. As decisões de reajuste nos preços dos medicamentos são controladas pelo Comitê Técnico-Executivo da CMED. Eles estabelecem o aumento máximo que esses produtos podem atingir no mercado brasileiro anualmente. Em uma reunião ontem ficou decidido o novo aumento.

Na resolução da CMED, é estabelecido que os preços devem ser modificados a partir de 31 de março. Em 2020, devido à pandemia de COVID-19, o governo federal decidiu prorrogar por 60 dias o aumento e em junho foi aprovado o reajuste de até 5,21%. Para a vice-presidente do Conselho Regional de Farmácia (CRF-MG), Márcia Alfenas, durante a pandemia o governo deveria congelar o preço dos medicamentos.

"No ano passado, conseguimos essa ajuda para segurar o preço, mas poderia não ter o aumento e tirar os impostos de medicamentos, porque são bens essenciais, principalmente o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que é o mais alto. Os remédios ficariam mais acessíveis, poderia ter esta sensibilidade do governo", afirmou.

No entanto, este ano, além de um novo aumento, também surpreendeu com a antecipação da data: 15 dias antes do esperado, os medicamentos podem ficar até 4,88% mais caros. A lista completa de todos os remédios com preço máximo permitido está disponível no site oficial da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED).

Em nota, a Anvisa esclarece que o reajuste é calculado referente ao impacto de produção. "A Secretaria-Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) esclarece que a Resolução publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (ontem) diz respeito à divulgação de apenas um dos fatores para o cálculo dos índices do reajuste anual do preço de medicamentos."

Segundo a agência, foi usado o fator de ajuste de preços relativos entre setores (Fator Y), que estima o aumento de custo da indústria farmacêutica com base na variação cambial, tarifas de eletricidade e preço de

insumos. ACMED já havia divulgado o fator de produtividade (Fator X), que, segundo a nota divulgada pela Anvisa, "é o índice necessário para o estabelecimento dos três níveis do Fator Z, que também é utilizado no ajuste de preços de 2021".

Site: <http://digital.em.com.br/>

100 milhões de cheques em 10 dias, promete Biden

O presidente dos EUA, Joe Biden, afirmou ontem que o governo americano enviará 100 milhões de cheques do pacote fiscal nos próximos dez dias. A legislação, aprovada no Congresso e assinada pelo chefe da Casa Branca na semana passada, prevê pagamentos diretos de US\$ 1,4 mil para indivíduos que ganham até US\$ 75 mil por ano.

"O Plano de Resgate Americano já está fazendo o que foi projetado para fazer: a diferença na vida cotidiana das pessoas", declarou o democrata durante um discurso sobre a implementação dos estímulos trilionários.

"O diabo está nos detalhes", afirmou Biden, ao dizer que o envio dos benefícios requer supervisão "meticulosa". Ele confirmou que nomeará Gene Sperling, ex-diretor do Conselho Econômico Nacional, para supervisionar a implementação da lei. De acordo com o presidente americano, o economista estará em contato direto com prefeitos e governadores.

Biden voltou a dizer que o pacote fiscal tem foco em "reconstruir a espinha dorsal do país" e que o governo pode levar a economia americana "de volta aos trilhos" ao fornecer apoio a pequenas empresas.

O democrata também afirmou que os Estados Unidos alcançarão a marca de 100 milhões de doses de vacinas contra a covid-19 aplicadas nos próximos dez dias.

Ainda ontem, a porta-voz da Casa Branca, Jen Psaki, afirmou que Biden pensa que as "grandes corporações" poderiam pagar mais **impostos**. A assessora havia sido questionada, durante uma coletiva de imprensa, sobre o financiamento do pacote de investimentos em infraestrutura que será o novo foco do democrata, após a aprovação do pacote fiscal de US\$ 1,9 trilhão.

De acordo com a Bloomberg, Biden considera aumentar o imposto corporativo de 21% para 28%, elevar a alíquota do imposto de renda para indivíduos que ganham mais de US\$ 400 mil por ano, estabelecer **impostos** mais altos sobre ganhos de capital para indivíduos que ganham pelo menos US\$ 1 milhão por ano, reduzir preferências fiscais e expandir o alcance do imposto imobiliário. Na coletiva, Jen confirmou que não haverá aumento para quem ganha menos de US\$

400 mil por ano.

Socorro

US\$ 1,4 mil é o valor dos pagamentos diretos para indivíduos que ganham até US\$ 75 mil por ano

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Biden estuda maior alta nos impostos para financiar plano de infraestrutura

Nancy Cook e Laura Davison

O presidente dos EUA, Joe Biden, planeja o primeiro grande aumento de **impostos** desde 1993 para ajudar a financiar um programa econômico de longo prazo, complementar ao pacote de alívio à pandemia, de acordo com pessoas a par do assunto.

Ao contrário da lei de estímulo da covid-19 de US\$ 1,9 trilhão, a próxima iniciativa, que deve ser ainda maior, não dependerá apenas da dívida do governo como fonte de financiamento. A secretária do Tesouro, Janet Yellen, disse que ao menos parte do próximo programa terá de ser pago e sinalizou **impostos** mais altos. Os principais assessores de Biden preparam um pacote de medidas que podem incluir um aumento tanto da alíquota do imposto das empresas como para pessoas de alta renda.

Para o governo Biden, as mudanças planejadas são uma oportunidade não só de financiar iniciativas importantes como infraestrutura, clima e ajuda aos mais pobres, mas também para lidar com o que os democratas afirmam ser desigualdades no próprio sistema tributário. "Toda a sua visão sempre foi de que os americanos acreditam que a política tributária precisa ser justa, e ele tem olhado todas suas opções de política através dessa lente", disse Sarah Bianchi, diretora de políticas públicas dos EUA na Evercore ISI e ex-assessora econômica de Biden. "É por isso que o foco é abordar o tratamento desigual entre trabalho e riqueza."

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Algo acontece do outro lado do Atlântico (2)

Sérgio Danese e Bruno Arruda

Uma importante novidade internacional precisa ser mais conhecida no Brasil: a Zona de Livre Comércio do Continente Africano, ou ZLCCA. O nome do maior bloco comercial do mundo em número de membros é autoexplicativo, mas suscita várias questões.

A ZLCCA nasceu no âmbito da União Africana (UA), em março de 2018, após três anos de negociações. Reúne 54 países - todos os da organização, à exceção da Eritreia -, com o objetivo de criar um mercado único para bens e serviços, facilitar a circulação de pessoas e promover o desenvolvimento industrial e o crescimento socioeconômico sustentável e inclusivo, de acordo com a "Agenda 2063" da UA. É o primeiro passo para o estabelecimento de um Mercado Comum Continental, que terá cerca de 1,2 bilhão de pessoas - uma demografia em rápida expansão - e um **PIB** de US\$ 2,5 trilhões.

O tratado da ZLCCA entrou em vigor em 30 de maio de 2019. A partir de então, os signatários dedicaram-se a preparar suas propostas de cronograma de adequação - o compromisso é zerar **impostos** de importação, para o comércio no interior do bloco, em pelo menos 97% das linhas tarifárias. Para as economias mais avançadas, o prazo máximo de cumprimento do cronograma é de 10 anos; para as de menor desenvolvimento relativo, 13 anos. Os membros poderão manter 3% das linhas tarifárias fora da liberalização.

Em 1-de janeiro de 2021, foram oficialmente iniciadas operações ao abrigo da ZLCCA, com base em "concessões recíprocas e legalmente implementáveis" nas agendas de desgravação tarifária, regras de origem e outros aspectos. Na prática, o livre comércio será gradualmente instituído entre os países africanos em condições de fazê-lo. Até o momento, 35 países ratificaram o acordo. Para começarem a beneficiar-se da ZLCCA, os países precisam apresentar seu cronograma de ofertas para redução tarifária e adotar as medidas administrativas eventualmente necessárias.

Hoje, a maior parte do comércio interafricano ocorre de forma segmentada, com marcada intensidade em sub-regiões definidas por maior conectividade e acordos comerciais. Por isso, um aspecto importante da ZLCCA será o de "amarrar" os espaços já consolidados, estabelecendo o livre fluxo de bens entre eles. A África do Sul, por exemplo, já se abriu ao

livre comércio com seu entorno: é parte de uma união **aduaneira**, a Sacu ("Southern African Customs Union", que reúne Namíbia, Botsuana, Lesoto e Eswatini, com a qual o Mercosul tem um acordo ainda modesto de preferências tarifárias. Também participa da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla em inglês), que inclui, além dos membros da Sacu, outros 11 países.

Segundo relatório do Banco Africano de Exportação e Importação, o comércio interafricano caiu, em 2019, para 14,5% do total praticado pelo continente, ante 15% em 2018. O Banco estimou que a ZLCCA pode elevar essa proporção para 22%, o correspondente a mais de US\$ 231 bilhões. O incremento seria o bastante para tirar milhões de pessoas da extrema pobreza, segundo o Banco Mundial. Ademais, o acordo deve estimular a industrialização: as regras de origem - que estabelecem as condições necessárias para que os bens circulem livres de imposto no interior da ZLCCA - exigem que os produtos tenham considerável valor agregado local para beneficiar-se do mercado comum.

Há empecilhos para a plena constituição da ZLCCA. Um deles é a deficiência de infraestrutura. Boas conexões viárias e ferroviárias, boas instalações portuárias, maior cobertura de internet e acesso a eletricidade são fatores indispensáveis para impulsionar o comércio entre os países africanos. A expectativa é a de que a ZLCCA funcione como catalisador: a abolição das barreiras no interior do continente tornaria atrativos investimentos públicos e privados que poderiam reverter-se na melhoria da infraestrutura e da conectividade.

Apesar dos desafios, é inegável que a ZLCCA tem grande potencial de alterar o perfil do comércio africano, com oportunidades também para parceiros de outras regiões. Parte do trabalho do Itamaraty e das embaixadas brasileiras no continente será identificar tais oportunidades, com o fim maior de robustecer e consolidar nossas relações com a região. O ministro Ernesto Araújo tem enfatizado a prioridade que o Brasil atribui à aproximação com a União Africana, não somente pela via do comércio e dos investimentos, mas também por identidades e valores compartilhados. A ZLCCA pode contribuir com esse objetivo.

Em um primeiro momento, no qual os membros devem preparar-se para melhor participar da ZLCCA, antecipa-se demanda por serviços nas áreas de

tecnologias da informação e telecomunicações, energia, construção de infraestrutura e transportes. A tecnologia brasileira em áreas de excelência pode, por meio de investimentos, venda de serviços e acordos de cooperação, estimular o crescimento sustentável na África e estabelecer bases para iniciativas futuras.

Tradicional parceiro brasileiro, a África do Sul prepara-se para ampliar sua atuação como "hub" regional. O país - que já conta com vantagens comparativas, como um avançado sistema financeiro, boa infraestrutura rododferroviária e portuária e outros-tem a intenção de consolidar-se como fornecedor de produtos de maior valor agregado para o mercado africano ampliado. Investimentos brasileiros no país poderiam alcançar imediatamente os espaços econômicos da Sacu e da SADC, com a perspectiva de ampliar-se no futuro. O acordo de comércio preferencial entre o Mercosul e a Sacu, ademais, deve ser ampliado para oferecer a moldura institucional adequada para a intensificação das relações bilaterais econômico-comerciais, de grande potencial.

Os laços culturais e históricos que unem o Brasil e a África são inquebrantáveis. Mas um salto qualitativo nas suas relações exigirá atenção e esforço. Mudanças como a ZLCCA beneficiarão aqueles que, com visão empreendedora, souberem posicionar-se no presente com o olhar no horizonte mais amplo. A ZLCCA pode, assim, ser vista como um convite àqueles que se dispuserem a escrever o próximo capítulo da rica história da relação Brasil-África.

Sérgio França Danese e Bruno Carvalho Arruda são, respectivamente, Embaixador na África do Sul e Secretário da Embaixada em Pretória.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>



Rumo ao abraço populista

» *Rosana Hessel*

Diante do agravamento da pandemia da covid-19 no Brasil - epicentro de contágios e mortes no mundo -, e do ressurgimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como forte adversário político para as eleições de 2022, o presidente Jair Bolsonaro colhe os frutos que plantou, em 2020, ao pregar contra o distanciamento social, as vacinas e o uso de máscaras. E acende o alerta entre especialistas ao sinalizar ações populistas, tal como a intervenção que fez no comando da Petrobras.

A aprovação popular do chefe do Executivo vem caindo e está praticamente empatado com o petista nas preferências de voto, segundo pesquisas recentes. Isso aumenta as chances para a adoção de uma agenda econômica que proponha aumento de gasto público e impeça privatizações. Analistas ouvidos pelo Correio não afastam essa possibilidade diante do agravamento da crise sanitária, que, na semana passada, somou 12.766 mortes.

Pesquisa XP/Ipespe, divulgada na última sexta-feira, mostra que 61% dos entrevistados acham que a atuação do governo contra a pandemia é ruim ou péssima. Analistas ressaltam que Bolsonaro ainda vai ter que enfrentar, em 2021, a economia cambaleante e com dificuldades para se recuperar da recessão provocada pela pandemia - que deve se estender, pelo menos, pela primeira metade deste ano.

Apesar de Bolsonaro ter pouco espaço fiscal para aumentar gastos, deu sinais de que pode optar pelo populismo, como quando interferiu na Petrobras e apoiou o reajuste de policiais durante o debate da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, no Congresso. Ele ainda ensaiou atirar contra "o senhor mercado", principal apoiador do presidente até agora, mas que foi criticado por ele na última live semanal.

O mercado defende o último pilar de uma garantia mínima de austeridade fiscal: o teto de gastos, que limita o aumento das despesas à **inflação** do ano anterior. Ainda não precificou o risco de uma guinada populista de Bolsonaro, mas tenta ignorar a crise ao olhar apenas para os bons ventos do mercado externo, que avança enquanto o Brasil empaca.

"Bolsonaro pode até tentar ser populista, mas será muito difícil, pois precisaria até tirar uma foto tomando vacina, algo que Donald Trump (ex-presidente dos

Estados Unidos) fez escondido", comentou o cientista político e professor emérito da Universidade de Brasília (UnB) David Fleischer. Para ele, o presidente terá problemas em 2022, caso o Supremo Tribunal Federal (STF) confirme a decisão do ministro Edson Fachin, que anulou as condenações contra Lula e devolveu os direitos políticos ao petista.

A aprovação da PEC Emergencial, mais desidratada do que o proposto pela equipe econômica, também acendeu o alerta de que o populismo de Bolsonaro pode ganhar força. Como moeda de troca para a aprovação de uma nova rodada do auxílio emergencial, limitado a R\$ 44 bilhões, os gatilhos fiscais, que devem ser acionados para o controle de gastos, ficaram capengas e com pouco efeito prático. Afinal, permitiram a progressão automática nas carreiras, o que garante aumento salarial aos servidores.

Analistas também não descartam a saída do ministro da Economia, Paulo Guedes, se Bolsonaro ficar desesperado para recuperar a popularidade. E, assim, mostrar que jamais foi um liberal. "Ele pode até tentar adotar uma agenda econômica mais populista, mas há pouco que possa fazer. O fiscal está atado", avalia Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, acrescentando que se Bolsonaro "rifar Guedes para colocar um populista na economia, o mercado explode de vez e, aí, em 2022 vai ser pior ainda".

Quadro difícil O especialista em contas públicas Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado, lembra que o quadro fiscal e econômico é intrincado. Com o elevado risco de a vacinação contra a covid-19 ser lenta, a retomada da economia será prejudicada. "A perspectiva de crescimento para este ano poderá ser minada se a vacinação não avançar. Do lado das contas públicas, a dívida crescerá ainda por vários anos. Não há espaço para aventuras", frisa. Para ele, o governo precisa ter uma atuação focada contra a doença. "Isso só acontecerá com ampla vacinação e reforço das medidas prudenciais de restrição, uso de máscaras etc", aconselha.

O cientista político Rafael Favetti ressaltava que o populismo é um fenômeno global, que ganhou força nas sociedades em rede. "A presença de Paulo Guedes deu a ilusão de que uma mentalidade militarista conseguiria navegar bem no liberalismo ortodoxo. Mas liberalismo e nacionalismo não andam de mãos dadas em lugar algum. Um exemplo do

nacionalismo é a defesa da soberania, que impede o avanço das fileiras do liberalismo, e isso torna o convívio quase impossível", reforçou. Ele acredita que a agenda liberal de Guedes foi abandonada, tanto que não para de perder força no governo. "O cuidado com o fiscal perdeu, no ano passado, o principal soldado, o Mansueto Almeida", observou.

Descompromisso com organização do EstadoO conceito clássico de populismo, no Brasil, é muito associado ao período entre 1930 e 1964. Getúlio Vargas, Jânio Quadros e João Goulart foram exemplos de gestores públicos mais compromissados com benesses a grupos políticos e agrados à população do que com a saúde financeira e a organização do Estado. Conforme a definição do historiador Marcos Napolitano, o populismo tem, entre outras características, a relação direta e não institucionalizada entre o líder e as massas; um forte nacionalismo econômico e a defesa da união das massas; uma liderança política baseada no carisma pessoal e na rede de clientelismo; e um frágil sistema partidário. Os populistas atuam no sentido de defender a vontade do líder maior, que personifica a vontade do povo, tem um discurso que ataca uma elite ou um grupo específico, e é contrário a toda forma de cientificismo ou intelectualismo - o mais recente exemplo disso foi o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Mas cientistas políticos também citam o presidente da Rússia, Vladimir Putin, e o da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, como representantes do populismo.

PIB encolhe 45% em dólar em 10 anos



De acordo com o economista Paulo Rabello de Castro, consultor e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o quadro econômico é preocupante. Um estudo feito por ele e por Marcel Caparoz, ambos da RC Consultores, mostra que, em dólares, o **PIB** brasileiro encolheu 45% nos últimos 10 anos e, neste ano, ficará estagnado. Pelas projeções dos dois analistas, passará de US\$ 1,445 trilhão, em 2020, para US\$ 1,449 trilhão, em 2021, patamares bem abaixo do registrado em 2009, quando o **PIB** somou US\$ 1,673 trilhão, ano da crise financeira global.

"A partir de 2011 registrou-se um recuo expressivo do **PIB** medido em dólar. O país não só estagnou como, inclusive, recuou em moeda forte, desperdiçando uma década inteira de esforços da sociedade", informa o documento da RC. A análise indica, ainda, que o ciclo de juro real (descontada a **inflação**) é negativo, apesar de ser uma tendência global. "O Brasil, certamente, não está entre os países que podem brincar com juros negativos, porque poucos possuem capacidade fiscal e de setor externo para sustentar essa política", acrescenta o estudo.

Rabello de Castro também não tem dúvidas de que esse cenário ainda pode piorar devido à falta de avanços na vacinação em massa contra a covid-19. "A culpa central disso é exatamente do ministro Paulo Guedes (Economia), que o mercado ressalta como sendo o indivíduo que quis fazer o melhor e não conseguiu", alfineta. Ele ainda ressalta que a agenda reformista não tem condições de avançar mais, porque o presidente Jair Bolsonaro não dispõe mais de capital político para adotar medidas de ajuste fiscal e reformas estruturais, que são impopulares. "Ele não fez quando podia e só conseguiu aprovar a reforma da Previdência em 2019. E não é agora, com a economia patinando e completamente sem força, que vai adotar

essa agenda de redução de gasto público", resume. E com a reviravolta no cenário político com a possível volta da elegibilidade do ex-presidente Lula, o ano de 2021 está profundamente comprometido do ponto de vista de desempenho e recuperação, de acordo com Rabello de Castro. "Sob a ótica política, com a reverberação da figura de Lula, saltamos para 2022 da noite para o dia. E isso é péssimo para a já cambaleante autoridade dos gestores atuais na área econômica, que ainda não tem Orçamento para o ano corrente", frisa. "Um ainda maior desequilíbrio cambial e inflacionário, neste momento de extrema fragilidade para o governo, sepultaria de vez as chances de Bolsonaro nas eleições de 2022", emenda. (RH)

Sem fôlego

Com a forte desvalorização do real, que ajuda a pressionar a **inflação**, o **PIB** brasileiro acumula queda de 45% em dólares nos últimos 10 anos. Neste ano, o indicador deve ficar estagnado e abaixo do valor registrado em 2009: Ano Valores em US\$ trilhão

2008	1,693
2009	1,673
2010	2,210
2011	2,614
2012	2,464
2013	2,468
2014	2,455
2015	1,796
2016	1,800
2017	2,063
2018	1,916
2019	1,877
2020	1,445
2021	1,449

Fonte: RC Consultores

Crise empurra país rumo à estagflação



» ROSANA HESSEL

Em meio ao agravamento da pandemia da covid-19 no país e da guinada no cenário político, com a volta de Luiz Inácio Lula da Silva ao jogo político, resta saber como o presidente Jair Bolsonaro vai enfrentar a maior prova de fogo na economia ao longo deste ano. As projeções de analistas apontam para um cenário de nova recessão no primeiro semestre e um quadro de estagflação - o pior dos mundos de um cenário macroeconômico, pois a economia não cresce ou recua e a carestia corrói o poder de compra da população. "O conceito de estagflação está relacionado à ocorrência simultânea de baixo crescimento ou até negativo e à alta de preços. É algo muito complicado. A economia não cresce e os juros devem subir", explica o economista Ricardo Rocha, professor de Finanças do Insper. Ele lembra que o cenário de estagflação ocorre por razões diversas, mas, no Brasil está relacionado com a alta do dólar, diante do aumento da desconfiança no governo. E, como a economia não consegue crescer em meio à pandemia da covid-19, fornecedores quebram. A oferta diminui, contribuindo para a alta de preços, especialmente em um cenário com a demanda aquecida, impulsionada pelos auxílios do governo que estimularam o consumo de alimentos, um dos vilões da **inflação** no ano passado. Com o cenário econômico deteriorando-se, crescem as apostas de estagflação e de recessão técnica - quando há queda em dois trimestres consecutivos - na primeira metade do ano. As projeções otimistas no fim do ano passado, com perspectivas de expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**), de 4% a 5% em 2021, estão sendo revisadas para baixo constantemente, e o cenário de recessão técnica no primeiro semestre é o mais provável. O Itaú Unibanco, que estava entre os mais otimistas, por exemplo, revisou de 4% para 3,8% a estimativa de alta do **PIB** este ano e passou a prever

apenas 1,8% de crescimento em 2022.

Cenário desolador Enquanto isso, as apostas para a **inflação** oficial medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) não param de subir. O indicador, no entanto, não mede a alta do custo de vida efetivo para a população de baixa renda, que, na maioria dos casos, está em patamares muito mais elevados, de acordo com o economista e consultor Paulo Rabello de Castro, ex-presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "O IPCA não reflete a **inflação** do supermercado, que está pressionando o bolso do brasileiro. As projeções de 5% a 6% para esse indicador não consideram a **inflação** do supermercado. Se levarmos em conta a alta dos preços no atacado e do dólar, por exemplo, é possível estimar uma média em torno de 40%. Por isso, o desespero da população vai ser grande em uma conjuntura em que o desemprego continuará elevado devido à pandemia e, portanto, a renda vai continuar encolhendo. Isso é gravíssimo", alerta Rabello de Castro.

Não à toa, as apostas do mercado são de que o Banco Central, que tem como principal missão preservar o valor da moeda, deve começar a elevar a taxa básica de juros (Selic), atualmente em 2% ao ano, a partir desta quarta-feira. As apostas são de alta de 0,50 ponto percentual na Selic com os juros básicos podendo encerrar o ano em até 6%. Essa medida também vai ser um peso para o impulso da atividade econômica por meio do crédito e, conseqüentemente, um desafio adicional para o governo que acaba de comemorar a aprovação da independência do BC no Congresso.

Pelas projeções de José Francisco Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator, o cenário econômico não é nada animador em meio ao agravamento da pandemia. Ele prevê que o **PIB** brasileiro deverá crescer 2,2% neste ano, menos do que o carregamento estatístico do início da retomada de 2020 - que teve impulso do pacote fiscal de 8,5% do **PIB** aplicado pelo governo federal e que não deve se repetir neste ano -, de 3,7%. Ou seja, o **PIB** deve ter uma expansão menor do que o impulso inercial herdado do ano passado, o que significa, na verdade, retração. Logo, isso pode acender o ímpeto populista do presidente Jair Bolsonaro e complicar ainda mais a economia em vez de ajudar em uma recuperação se não houver preocupação, de fato, com o aumento de gasto público sem medidas compensatórias, ou seja, corte de despesas desnecessárias, que não são

poucas para conter o elevado endividamento do país, em torno de 90% do **PIB**. "Bolsonaro não tem espaço para adotar medidas populistas. Mas essa mudança no cenário político incomoda muito. O desgaste é crescente e ele perde apoio com a ascensão de Lula enquanto a pandemia se agrava. E agora vamos ter que pensar bem. Há muita gente que prefere conversar com Lula para limpar o estrago de Bolsonaro e, para isso, não é preciso ser petista nem de esquerda. Basta ter uma noção de sobrevivência do país em condições minimamente aceitáveis", afirma Gonçalves.

Bolsonaro: a culpa é do "fique em casa" Em conversa com apoiadores no Palácio da Alvorada, o presidente Jair Bolsonaro responsabilizou a pandemia da covid-19 e as medidas de isolamento social pelo aumento no preço dos alimentos. "A política do "fique em casa", "feche tudo", que destruiu milhões de empregos, a consequência está aí. Imagine se o homem do campo tivesse ficado em casa, não teria alimento para ninguém. Agora, todo mundo é responsável, quem é que está com essa política do "fica em casa"? Não sou eu", disse o presidente.

Pandemia da fome - GUILHERME BOULOS

GUILHERME BOULOS

Economia ou vidas? Quando a formulação de um problema é malfeita, não existe boa resposta. Os países do mundo que melhor combateram a pandemia seguiram com rigor as medidas de isolamento e, ao mesmo tempo, asseguraram apoio econômico a cidadãos e empresas. Renda básica, pagamento do salário dos trabalhadores de setores atingidos e crédito subsidiado ao comércio e empresas que tiveram que suspender atividades. Assim salvaram vidas e empregos.

Aqui, reféns da demagogia criminoso do presidente, não salvamos nenhum dos dois. O Brasil é o epicentro da segunda onda da pandemia e temos 14 milhões de desempregados e o auxílio emergencial suspenso desde janeiro.

O flagelo da fome voltou a assombrar o país. O último levantamento do IBGE mostrou que 10,3 milhões de pessoas passavam fome já em 2018. O pesquisador Francisco Menezes, ex-presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, estimou que o número pode chegar a 20 milhões neste ano. É quase duas vezes a população da cidade de São Paulo com fome.

A **inflação** do preço dos alimentos tornou o cenário explosivo. No IPCA acumulado de 2020, o óleo de soja aumentou 103%, o arroz, 76%, a batata, 67% e a carne, 18%. E é difícil encontrar o botijão de gás a menos de R\$100. As cenas de pessoas revirando o lixo em busca de alimentos e de famélicos nos semáforos com placas improvisadas implorando por comida tomaram-se rotina nas cidades brasileiras.

O governo é diretamente responsável por essa pandemia da fome. As políticas de segurança alimentar foram desmontadas no país. Em 2019, Bolsonaro fechou 27 armazéns públicos da Conab, cujos estoques tinham uma importante função reguladora dos preços de mercado. E o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que compra produtos da agricultura familiar para distribuição aos mais vulneráveis, amarga o pior orçamento da história. Basta um mínimo de empatia para sentir a dor de uma mãe que fica sem jantar para sobrar comida para os filhos. Bolsonaro passa longe desse sentimento.

Com a omissão criminoso do governo, os movimentos sociais fazem sua parte. Movimentos do campo, como o MST, organizaram doações de alimentos desde o início da pandemia. Na cidade, o MTST lançou o projeto das Cozinhas Solidárias, que distribuirá refeições diariamente em comunidades pobres de todo o Brasil. Serão 16 cozinhas até o fim de abril, financiadas por uma campanha de doações a partir de plataforma na internet. No último sábado, estive na inauguração da primeira, na Brasilândia, periferia de São Paulo. Em tempos tão duros é alentador ver iniciativas como essa. A solidariedade salva vidas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49467>

Atividade econômica cresce 1,04% em janeiro, mas deve desacelerar

Larissa Garcia

A atividade econômica cresceu 1,04% em janeiro, segundo o indicador IBC-Br do BC (Banco Central) divulgado nesta segunda-feira (15). O índice alcançou o maior patamar desde maio de 2015, apontando uma retomada econômica no período.

Na avaliação de economistas ouvidos pela Folha, no entanto, a tendência é de desaceleração em fevereiro e março em razão do agravamento da pandemia e de novas medidas de restrição adotadas em alguns estados.

Além disso, o número de janeiro ainda reflete o relaxamento do distanciamento social promovido no fim do ano passado e o auxílio emergencial, pago até dezembro.

O indicador é medido em pontos e chegou a 140,30 no mês. A variação percentual foi bem acima da observada em dezembro (0,71%). Antes, o BC havia divulgado que a economia cresceu 0,64% no mês, mas a série foi revisada.

Em janeiro de 2020, o índice era de 138,54 pontos e foi a 140,02 em fevereiro. A partir de então, a atividade começou a cair e chegou ao menor nível em abril, com 119,93 pontos.

O número foi calculado com ajuste sazonal (que remove especificidades de um mês, como número de dias úteis) para facilitar a comparação com outros períodos.

Após o começo da pandemia, o fechamento dos comércios e o distanciamento social afetaram a economia. Com a reabertura e flexibilização das medidas restritivas, a atividade entrou em ritmo de recuperação, embora sem compensar as perdas da crise sanitária.

Silvia Matos, pesquisadora de economia aplicada do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) da FGV (Fundação Getúlio Vargas), diz que a retomada da economia está condicionada à capacidade de conter a pandemia.

"Os números do passado foram positivos mas ficaram no passado. Agora temos uma nova rodada de

restrições e setores que já estavam muito deprimidos, como serviços, devem permanecer assim. Em janeiro a indústria ainda mostrou robustez porque houve demanda muito grande e reposição dos estoques", avalia a especialista.

Matos destaca que o alongamento da crise pode gerar problemas de longo prazo. "Enquanto de fato não superarmos a pandemia será prematuro dizer que o pior ficou para trás. Continuaremos nesse vaivém e quanto mais tempo levar mais fraturas teremos na economia, com menos investimento, acentuação da desigualdade no mercado de trabalho etc." diz.

O economista-chefe da JF Trust Investimentos, Eduardo Velho, afirma que o dado de janeiro surpreendeu para cima, mas que fevereiro e março devem ser piores.

"O resultado de janeiro não é uma tendência. Além do agravamento da pandemia, com novas medidas de restrição, temos efeito da **inflação**, que está acima das expectativas, e do câmbio, que ainda não foram captados no indicador!"

Para o analista, a atividade do primeiro trimestre do ano terá resultado negativo. "O número melhor de janeiro não indica que não terá queda, mas que ela será um pouco menor", afirma.

Gustavo Bertotti, economista-chefe da Messem Investimentos, concorda que o desempenho de fevereiro e março será menor que o de janeiro. "Foi um dado positivo, mas muito disso ainda é um reflexo do relaxamento de medidas de restrição e do auxílio emergencial. Porém esse dado não se sustenta, a tendência é de queda por causa da situação que vivemos no país."

Bertotti pontua que as variáveis que contribuíram para a melhora da economia no ano passado estão comprometidas atualmente.

"Vivemos hoje o pior momento do vírus no país, com aumento das medidas de isolamento, atraso na vacinação e ao mesmo tempo o auxílio, que está sendo discutido, deverá voltar somente em abril. Isso tudo vai começar a pesar nos indicadores", analisa.

A analista da Terra Investimentos, Heloise Sanchez,

também diz acreditar que, mesmo com a volta do auxílio emergencial, que está sendo desenhado em valor menor, o impacto na atividade será limitado.

"Para os próximos meses, caso ocorram novos aumentos devido retomada do auxílio emergencial, deverão ser mais contidos, justamente pelo período em que estamos passando na economia, com todas as restrições e cenário alarmante de calamidade pública", ressalta.

No acumulado dos 12 meses terminados em janeiro, houve queda de 4,04% no indicador.

Em março, quando o vírus chegou ao país, houve redução de 5,90% no setor produtivo, segundo informado na época, já sob efeito do distanciamento social. Após a revisão, a variação foi para queda de 5,76%.

Com a população em casa, o consumo diminuiu em diversos setores, como transporte e hospedagem, e a atividade econômica despencou.

O pior resultado foi registrado em abril, quando a economia caiu 9,73% (9,10% com revisão), nível mais baixo desde outubro de 2006 e maior queda entre um mês e outro em toda a série histórica, iniciada em 2003.

Maio já trouxe resultado positivo em relação a abril, de 1,3%, mas ficou aquém das expectativas do mercado, que eram de 4,5%.

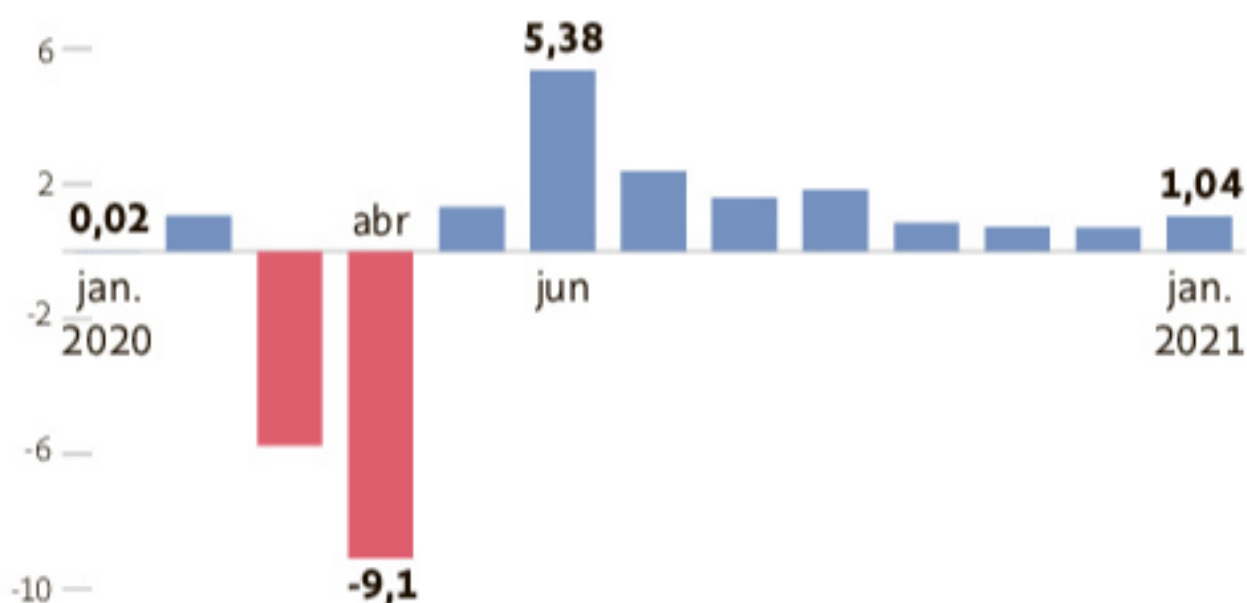
O IBC-Br mede a atividade econômica do país e é divulgado desde março de 2010. Ele foi criado para auxiliar em decisões de política monetária, já que não existe outro dado mensal de desempenho do setor produtivo.

O indicador leva em conta o desempenho dos principais setores da economia: indústria, agropecuária e serviços.

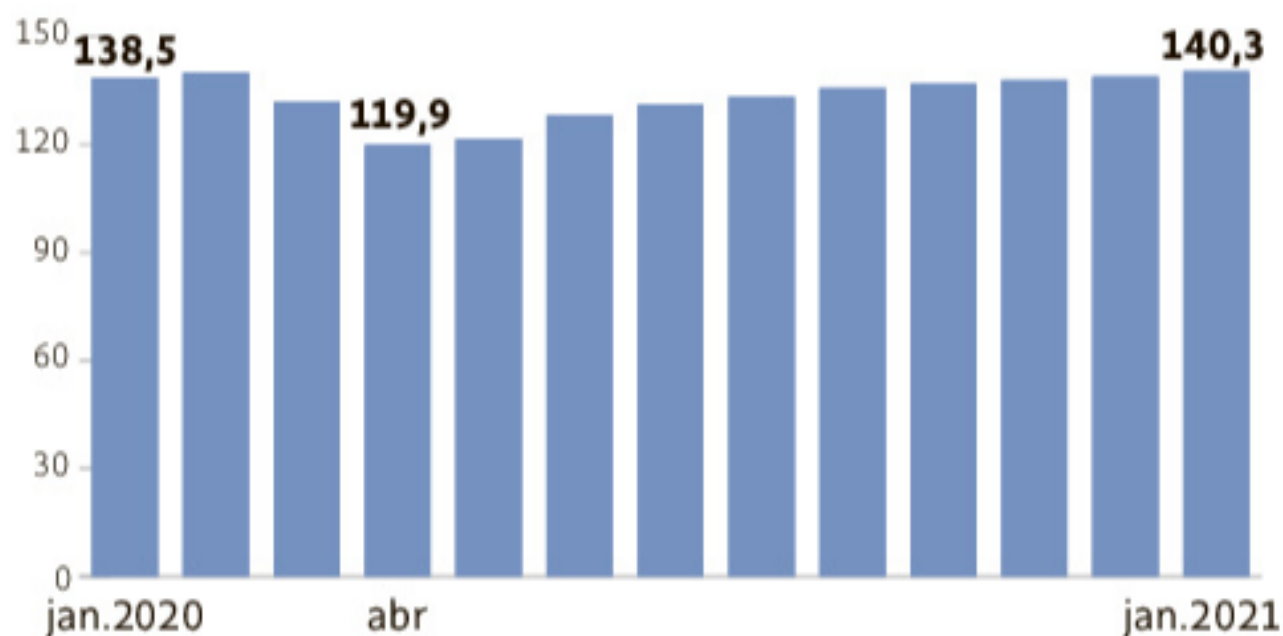
Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

Atividade econômica cresce em janeiro, indica Banco Central

Variação da atividade econômica mês a mês*, em %



Nível da atividade econômica, em pontos**



*Os números podem ser diferentes dos informados anteriormente porque a série foi revisada **Dados dessazonalizados Fonte: Banco Central

Governo autoriza laboratórios a aumentar em até 4,88% preços de medicamentos

Raquel Lopes

A CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos) autorizou o aumento de até 4,88% nos preços de remédios.

O reajuste, que já pode ser aplicado pelas farmacêuticas, foi publicado no Diário Oficial da União desta segunda-feira (15).

O aumento é tradicionalmente liberado no fim de março pela CMED, órgão interministerial composto pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e pelos ministérios da Saúde, da Casa Civil, da Economia e da Justiça.

Antes que um medicamento possa ser comercializado no país, é preciso obter tanto o registro sanitário na Anvisa quanto a autorização de preço máximo pela CMED. Os ajustes de preços também devem ser autorizados pelo órgão, uma vez ao ano, conforme uma fórmula pré-estabelecida.

O reajuste não representa um aumento automático nos preços, mas um limite máximo. Ou seja, cada empresa pode optar pela aplicação do índice total ou menor, a depender das estratégias comerciais.

Para chegar ao percentual, a CMED observa fatores como a **inflação** dos últimos 12 meses (IPCA), a produtividade das indústrias de medicamentos, custos como câmbio e tarifa de energia elétrica e a concorrência de mercado.

No ano passado, o governo decidiu adiar o reajuste no teto do preço de medicamentos em meio à pandemia.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

Campanha de movimentos sociais quer levar cesta básica a 223 mil famílias

Angela Boldrini

Movimentos sociais e ONGs lançam nesta terça (16) a campanha "Tem Gente com Fome", com o objetivo de levar cestas básicas a quase 223 mil famílias.

A iniciativa é liderada pela Coalizão Negra por Direitos, que inclui mais de 200 organizações ligadas ao movimento negro.

Para atingir a meta de cestas básicas, o projeto quer arrecadar R\$ 133 milhões. O grupo criou um site para receber as doações em dinheiro, o Tem Gente Com Fome.

Além disso, haverá pontos de coleta de doações de alimentos, produtos de limpeza e produtos de proteção contra a Covid-19, como máscaras e álcool, que serão organizados pelas iniciativas que compõem a coalizão.

O projeto atuará prioritariamente em 18 estados e no Distrito Federal, além de ter a participação de organizações que têm abrangência nacional, como a Uneafro.

"Ao longo da pandemia, o movimento negro tem promovido ajuda humanitária a várias comunidades, e a gente viu que voltou com muita urgência o apelo por comida", diz Lúcia Xavier, coordenadora da ONG Criola, parte da coalizão.

Ela afirma que os pedidos de ajuda se multiplicaram após o fim do auxílio emergencial, pago até dezembro de 2020. "Em janeiro as famílias ainda tinham algum dinheiro, mas em fevereiro cresceu [a quantidade de pedidos] profundamente", diz.

Por isso, a coalizão se uniu a outras organizações, como a Oxfam, a Anistia Internacional, a ABCD (Ação Brasileira de Combate às Desigualdades), Nossas Rede de Ativismo, Redes da Maré e 342 Artes para iniciara arrecadação e distribuição.

Em 2020 o preço dos alimentos teve alta equivalente a três vezes a inflação, e o desemprego atingiu mais de 13 milhões de pessoas. Reportagem da Folha também mostrou estimativa do IBGE de que, com o fim do auxílio emergencial, um terço da população brasileira chegaria à pobreza.

Em cenário otimista, a expectativa é que 16 milhões de pessoas teriam que viver com menos de R\$ 522 por mês. O Congresso aprovou em março o reinício do auxílio emergencial pago aos mais vulneráveis. O valor, no entanto, só deve começar a ser distribuído em abril.

Por isso, a ideia é iniciar a distribuição dos alimentos assim que o dinheiro começar a pingar na conta, diz Lúcia.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

A sinuca de bico dos juros (3)

Jogar sinuca será uma habilidade essencial, nestes dois dias, para os membros do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC). Uma nova decisão sobre os juros deve ser anunciada no começo da noite de quarta-feira. Diante da **inflação** já incômoda e com tendência de alta, será inevitável um aumento da taxa básica, sustenta boa parte do mercado. Se essa for a saída, a obrigação de conter a **inflação** será cumprida, mas o Tesouro terá custos maiores para rolar a dívida pública e, além disso, será reduzido o estímulo à recuperação econômica. Se os juros ficarem onde estão, em 2% ao ano, esses efeitos serão evitados, mas o risco inflacionário poderá aumentar e a imagem do BC talvez seja afetada. "Situação difícil ou embaraçosa" é o esclarecimento usado no Dicionário Novo Aurélio, onde também aparece a expressão "sinuca de bico".

Vacinação e pandemia são hoje variáveis indispensáveis a qualquer cálculo econômico ambicioso. Os economistas brasileiros também tiveram de seguir esse caminho, até porque a política nacional de saúde é um fator de muita insegurança.

A situação dos membros do Copom é ainda mais complicada, porque deles se exige, agora, habilidade no manejo do taco de bilhar. Além das dificuldades visíveis a olho nu, na experiência do dia a dia, há os dados numéricos de uma recuperação ainda fraca e as projeções pouco animadoras.

O quadro geral é claro. O Brasil encerra mais um trimestre de economia frouxa, com as famílias apertadas, **inflação** em alta e desemprego muito acima dos padrões internacionais.

Milhões de famílias esperam a liberação do novo auxílio emergencial, aprovado pelo Congresso, mas ainda longe do bolso dos consumidores.

Em fevereiro, a **inflação** oficial acumulada em 12 meses, de 5,20%, quase bateu no limite superior de tolerância (5,25%). A meta para 2021 é de 3,75% e o desvio aceitável, para cima, é de 1,50 ponto. A soma dos dois números dá o limite de tolerância, fixado para o fim do ano, mas presente, sempre, como sinalizador.

O custo da alimentação, uma das principais preocupações das famílias pobres, subiu 0,27% no mês passado, bem menos que em janeiro, quando a variação foi de 1,02%. Mas o alívio é mais aparente que real. Aquele aumento incidiu sobre preços já muito altos. Nos 12 meses até fevereiro o custo de

alimentação e bebidas aumentou 15%, mas alguns itens encareceram muito além dessa média. Exemplos: carnes encareceram 29,51%; hortaliças e verduras, 23,30%; e o grupo de cereais (como arroz), leguminosas (como feijão) e oleaginosas, 57,83%.

Dificultando o consumo, a **inflação** também atrapalha o crescimento econômico. O País mal começou a se recuperar do tombo de 2020, embora tenha entrado em 2021 com algum avanço. Essa percepção é corroborada pelo Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). O indicador de janeiro foi 1,04% mais alto que o de dezembro, mas ficou 0,46% abaixo do nível de um ano antes. Além disso, em 12 meses houve perda acumulada de 4,04% até o primeiro mês deste ano.

Pelo menos houve uma surpresa positiva. O IBC-Br de janeiro deveria ter subido apenas 0,50%, pela mediana das estimativas captadas no mercado pela Agência Estado. Mas isso de nenhum modo altera os problemas já conhecidos.

Em janeiro a produção industrial foi 0,40% maior que a de dezembro e 2% superior à de um ano antes, mas ainda com perda de 4,3% acumulada em 12 meses. O volume de serviços cresceu 0,60% em relação ao de dezembro, mas ficou 4,7% abaixo do anotado em janeiro de 2020, e o resultado de 12 meses foi uma contração de 8,3%.

Quanto ao comércio varejista, escorregou por três meses consecutivos, variando -0,10% em novembro, -6,20% em dezembro e -0,20% em janeiro.

As projeções econômicas têm piorado. No mercado, o crescimento econômico estimado para o ano baixou em um mês de 3,43% para 3,23%. A **inflação** esperada chegou a 4,60%. Em quatro semanas a projeção do déficit primário das contas federais passou de 2,70% para 2,90% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Tudo isso é parte da sinuca enfrentada pelo Copom.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Maioria vai receber R\$ 150 do novo auxílio



Ponto final. Arthur Lira (E) e Rodrigo Pacheco na sessão do Congresso Nacional de promulgação da PEC emergencial

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA / DANIEL WETERMAN

A maior parte do público do auxílio emergencial deve receber a menor cota do benefício, no valor de R\$ 150, segundo apurou o Estadão/Broadcast.

Serão cerca de 20 milhões de famílias - 43% do total de contemplados estimado na nova rodada - na categoria "unipessoal", isto é, composta por apenas uma única pessoa.

Outras 16,7 milhões de famílias têm mais de um integrante e vão receber R\$ 250. Já a maior cota, de R\$ 375, deve ser paga a cerca de 9,3 milhões de mulheres que são as únicas provedoras de suas famílias. O pagamento das novas parcelas do auxílio está previsto para começar em abril.

Pelo novo desenho do auxílio, o governo vai pagar quatro parcelas de R\$ 150 a R\$ 375 a cerca de 46 milhões de brasileiros.

Apenas uma pessoa por família poderá ser contemplada.

As regras são mais apertadas do que em 2020, quando o auxílio pagou cinco parcelas de R\$ 600 e quatro de R\$ 300, com cotas em dobro para as mulheres chefes de família. Até duas pessoas na família podiam receber o repasse.

O governo tem evitado detalhar publicamente a divisão dos novos benefícios antes da edição de medida provisória que recriará o programa de assistência a vulneráveis, pois já tem sido alvo de críticas do Congresso e de organizações da sociedade civil pela redução nos valores mensais.

Autoridades também têm centrado o discurso de que a "média" do benefício será de R\$ 250. O ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a dizer em 8 de

março que a maior parte receberia esse valor.

Em 10 de março, o presidente Jair Bolsonaro reforçou que a "média" seria de R\$ 250, sem citar os demais valores e grupos de beneficiários. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, Bolsonaro já havia recebido os números preliminares do auxílio no início de março e, na época, as estimativas apontavam cerca de 18 milhões de famílias de uma única pessoa na mira do governo, número que cresceu nos últimos dias.

Na reunião do início de março, o valor mínimo para esses beneficiários também era menor: R\$ 125, ou metade da cota média de R\$ 250.

O Congresso Nacional aprovou na semana passada e promulgou ontem a emenda constitucional que abre caminho à recriação do programa de assistência aos vulneráveis (mais informações nesta página). Ela prevê um limite de R\$ 44 bilhões para despesas com auxílio livres de regras fiscais como o teto de gastos, que limita o avanço das despesas à inflação. Esse valor tem "pouca gordura" para alterar os valores dos benefícios, uma vez que precisa bancar também os custos com a Caixa e a Dataprev, contratadas para operacionalizar o programa assistencial.

Medida provisória. O texto da medida provisória que recria o auxílio e estabelece seus critérios de concessão já havia sido revisado por órgãos jurídicos e de controle até o início da tarde de ontem, mas ainda faltava a revisão final do órgão responsável pela política, o Ministério da Cidadania.

Após a publicação, a MP tem vigência imediata, e o Congresso pode aprová-la em até 120 dias, inclusive com alterações.

A estratégia da equipe econômica é evitar que isso aconteça, uma vez que o período de vigência do texto é suficiente para a operacionalização das quatro parcelas do benefício.

Com isso, o governo evitaria que os parlamentares elevem o valor ou ampliem o alcance do auxílio - o que geraria a necessidade de mais recursos.

O governo também precisa editar uma MP com o crédito extraordinário, fora do teto de gastos, que libera os recursos para o pagamento do benefício.

Como mostrou o Estadão/ Broadcast, o governo decidiu bancar todo o valor com esse crédito, inclusive

no caso de beneficiários do Bolsa Família.

Na prática, o Orçamento do Bolsa Família terá uma economia de recursos, que no segundo semestre deve ser direcionada à reestruturação do programa permanente de assistência.

O governo tem planos para elevar o valor médio do Bolsa Família, hoje em cerca de R\$ 190.

-

Congresso promulga PEC que abre porta para pagamentos

O Congresso Nacional promulgou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) emergencial, que destrava uma nova rodada do auxílio emergencial. O ato foi assinado pelos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), durante sessão solene do Legislativo.

A proposta autoriza o governo federal a pagar uma nova rodada do auxílio, limitada a R\$ 44 bilhões, por meio de crédito extraordinário, ou seja, fora das "amarras" das regras fiscais. A liberação do benefício depende de operacionalização do Executivo.

Por ser uma PEC, o texto não depende de sanção do Executivo e passa a valer assim que promulgado pelo Congresso.

Agora, o governo precisa editar uma medida provisória com os critérios para o pagamento da nova rodada do auxílio. O desenho prevê quatro parcelas mensais de R\$ 150 para famílias de uma pessoa só, R\$ 250 para a média das famílias e R\$ 375 para mulheres que são únicas provedoras da família. O governo prevê contemplar cerca de 46 milhões de pessoas e o início do pagamento deve ficar para abril.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pacheco vai discutir com Paulo Guedes aumento de preços

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Após apoiar a aprovação da PEC do auxílio, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), cobrou do ministro da Economia, Paulo Guedes, medidas concretas para os brasileiros não ficarem reféns de "oportunistas" altas de preços, como de alimentos e material de construção.

Pacheco vai se reunir com Guedes para discutir o avanço dos preços. Guedes e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, deverão ser convidados para uma videoconferência para falar sobre o assunto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

A pressão do presidente do Senado ocorreu ontem, na véspera da reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC), que deve aprovar amanhã uma alta da taxa Selic, os juros básicos da economia, para enfrentar a aceleração da inflação no Brasil.

Após a sua eleição para a presidência do Senado, Pacheco também puxou a pressão pela aprovação do auxílio emergencial rapidamente.

Mas também ajudou Guedes ao fechar um acordo para que o benefício fosse incluído numa PEC com medidas fiscais.

O presidente do Senado quer também que a CAE se reúna rapidamente para discutir o problema, inclusive a falta de insumos no mercado que ameaçam a produção e encarecem os preços dos produtos no País.

O presidente da CAE, senador Otto Alencar (PSD-BA), informou que vai discutir com Pacheco como fazer esse debate.

Ao Estadão, Alencar informou que deve organizar a videoconferência, mas argumentou que o problema da alta de preços depende da política pública do Executivo e que está relacionado, sobretudo, à elevação do dólar ante o real. "Por que o dólar está subindo? Um dos componentes é a insegurança jurídica, as crises políticas recorrentes, a maioria delas gestadas dentro do Palácio do Planalto", criticou o senador baiano.

O presidente da CAE chamou a atenção para o problema também de falta de reposição de peças de máquinas, que deve afetar a colheita agrícola e a produção nacional.

Esse é outro ponto que deverá ser debatido com Guedes.

"Estão com dificuldade para repor as peças para a colheita que será muito boa", disse, reconhecendo a dificuldade de fazer uma audiência pública virtual.

A alta dos preços tem incomodado o mundo político e sido alvo de comentários dos parlamentares em sessões.

Na semana passada, ao falar sobre o aumento de preços de insumos da construção civil, Pacheco comentou sobre a necessidade de providências "mais radicais" serem tomadas em relação a esses aumentos, especialmente de insumos na construção. Não deu detalhes.

Reação

Guedes apareceu entre os assuntos mais comentados no Twitter com a frase "Obrigado, Paulo Guedes", após postagem do expresidente Lula criticando a alta preços e dizendo que a população devia agradecer ao ministro

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Economistas preveem inflação de 4,6% este ano

Thaís Barcellos

Os economistas do mercado financeiro elevaram pela 10.^a semana consecutiva a previsão para o IPCA - o índice oficial de preços - em 2021. O Relatório de Mercado Focus, divulgado ontem pelo Banco Central, mostra que a projeção para o indicador este ano foi de alta de 3,98% para 4,60%. Há um mês, estava em 3,62%. A projeção para o índice em 2022 permaneceu em 3,5%.

Na semana passada, o IBGE informou que o IPCA de fevereiro ficou em 0,86%, maior alta para o mês desde 2016, acumulando aumento de 5,20% no período de 12 meses.

A projeção dos economistas para a **inflação** está bem acima do centro da meta oficial de 2021, de 3,75%, com margem de tolerância de 1,5 ponto (de 2,25% a 5,25%). Para 2022, a meta é de 3,50%, também com margem de 1,5 ponto (de 2,0% a 5,0%).

O analistas elevaram suas projeções para a Selic (a taxa básica de juros) no fim de 2021 de 4,00% para 4,50% ao ano, segundo o relatório Focus. No caso de 2022, a projeção seguiu em 5,50% e, de 2023, em 6,00%.

Em janeiro, ao manter a Selic em 2,0% ao ano, o Comitê de Política Monetária do BC preparou o terreno para possível elevação dos juros. Isso porque a instituição deu fim ao chamado forward guidance (ou prescrição futura, na tradução do inglês).

Adotado em agosto de 2020, o forward guidance era uma indicação técnica do BC de que não pretendia elevar os juros se a **inflação** seguisse sob controle e o risco fiscal não se alterasse.

Para o **PIB**, as projeções passaram de crescimento 3,26% para 3,23%.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>